

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	7
DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	8
DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	9
Demonstração de Valor Adicionado	10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	14
Demonstração do Resultado Abrangente	16
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	17

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	19
DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	20
DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	21
Demonstração de Valor Adicionado	22

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	24
---	----

Notas Explicativas	25
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	73
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	76
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	77

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	30.829.941
Preferenciais	30.829.941
Total	61.659.882
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
1	Ativo Total	1.830.762	83.230	92.741
1.01	Ativo Circulante	122.142	2.955	10.832
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	122.142	207	8.202
1.01.06	Tributos a Recuperar	0	2.748	2.630
1.02	Ativo Não Circulante	1.708.620	80.275	81.909
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	17.458	14.701	14.701
1.02.01.07	Tributos Diferidos	2.762	0	0
1.02.01.07.02	Impostos a recuperar	2.762	0	0
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	14.696	14.701	14.701
1.02.01.10.03	Partes relacionadas	14.696	14.690	14.690
1.02.01.10.04	Outros Ativos Não Circulantes	0	11	11
1.02.02	Investimentos	1.691.151	65.574	67.208
1.02.03	Imobilizado	11	0	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2	Passivo Total	1.830.762	83.230	92.741
2.01	Passivo Circulante	220.394	2.569	2.103
2.01.02	Fornecedores	4.927	2.480	2.013
2.01.03	Obrigações Fiscais	455	89	90
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	455	89	90
2.01.03.01.02	Impostos, contribuições e taxas a recolher	455	89	90
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	62.125	0	0
2.01.04.02	Debêntures	62.125	0	0
2.01.05	Outras Obrigações	152.887	0	0
2.01.05.02	Outros	152.887	0	0
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	110.579	0	0
2.01.05.02.04	Contas a pagar - aquisição de investimento	42.308	0	0
2.02	Passivo Não Circulante	735.576	14.613	14.613
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	735.576	0	0
2.02.01.02	Debêntures	735.576	0	0
2.02.02	Outras Obrigações	0	14.613	14.613
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	14.613	14.613
2.03	Patrimônio Líquido	874.792	66.048	76.025
2.03.01	Capital Social Realizado	66.071	48.581	48.581
2.03.04	Reservas de Lucros	803.979	47.821	58.132
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	4.742	-30.354	-30.688

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	976.569	123.111	90.808
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-712	-149	-5.322
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	830.684	275	259
3.04.04.01	Outras Receitas	148	275	259
3.04.04.02	Ganho na remensuração de investimento	830.536	0	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	146.597	122.985	95.871
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	976.569	123.111	90.808
3.06	Resultado Financeiro	-13.685	-307	7.267
3.06.01	Receitas Financeiras	991	162	7.601
3.06.02	Despesas Financeiras	-14.676	-469	-334
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	962.884	122.804	98.075
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	962.884	122.804	98.075
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	962.884	122.804	98.075

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
4.01	Lucro Líquido do Período	962.884	122.804	98.075
4.02	Outros Resultados Abrangentes	35.096	334	-15.344
4.02.01	Ganho (perda) de valor justo de instrumentos de hedge durante o exercício	35.096	334	-15.344
4.03	Resultado Abrangente do Período	997.980	123.138	82.731

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	140.876	125.120	98.090
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-68	-181	-2.883
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	962.884	122.804	98.075
6.01.01.02	Juros e atualizações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	13.960	0	0
6.01.01.03	Equivalência patrimonial	-146.597	-122.985	-95.871
6.01.01.04	Ganho na remensuração de investimento	-830.536	0	0
6.01.01.05	Juros s/ mútuo	0	0	-5.087
6.01.01.06	Custo de transação de Debêntures	221	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	5.686	348	-2.727
6.01.02.01	Impostos a recuperar	-14	-119	-2.608
6.01.02.02	Partes relacionadas	10	0	0
6.01.02.03	Fornecedores	5.323	468	150
6.01.02.04	Impostos e contribuições a recolher	367	-1	-269
6.01.03	Outros	135.258	124.953	103.700
6.01.03.01	Dividendos recebidos	135.258	124.953	103.700
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-706.607	0	44.035
6.02.01	Aquisição de participação adicional em controlada	-706.607	0	0
6.02.02	Recursos enviados para partes relacionadas	0	0	-90.854
6.02.03	Recursos recebidos de partes relacionadas	0	0	134.889
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	687.666	-133.115	-213.416
6.03.01	Dividendos pagos	-96.147	-133.115	-213.416
6.03.02	Captação Líquida de Debêntures	783.829	0	0
6.03.03	Partes relacionadas	-16	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	121.935	-7.995	-71.291
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	207	8.202	79.493
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	122.142	207	8.202

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	48.581	0	47.821	0	-30.354	66.048
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	48.581	0	47.821	0	-30.354	66.048
5.04	Transações de Capital com os Sócios	17.490	0	-38.105	0	0	-20.615
5.04.01	Aumentos de Capital	17.490	0	0	0	0	17.490
5.04.06	Dividendos	0	0	-38.105	0	0	-38.105
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	794.263	0	35.096	829.359
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	962.884	0	962.884
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	794.263	-962.884	35.096	-133.525
5.05.02.06	Dividendos mínimos obrigatórios	0	0	0	-239.847	0	-239.847
5.05.02.07	Dividendos mínimos obrigatórios destinados para reserva de lucros a realizar	0	0	71.226	0	0	71.226
5.05.02.08	Ajuste de avaliação patrimonial reflexa de controladas	0	0	0	0	35.096	35.096
5.05.02.09	Reserva Legal	0	0	3.498	-3.498	0	0
5.05.02.10	Reserva de lucros a realizar	0	0	719.539	-719.539	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	SalDOS Finais	66.071	0	803.979	0	4.742	874.792

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	48.581	0	58.132	0	-30.688	76.025
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	48.581	0	58.132	0	-30.688	76.025
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-10.311	0	0	-10.311
5.04.06	Dividendos	0	0	-10.311	0	0	-10.311
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	334	334
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	122.804	0	122.804
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-122.804	334	-122.470
5.05.02.06	Dividendos mínimos obrigatórios distribuídos	0	0	0	-30.701	0	-30.701
5.05.02.07	Dividendos adicionais propostos distribuídos	0	0	0	-92.103	0	-92.103
5.05.02.08	Ajuste de avaliação patrimonial reflexa de coligada	0	0	0	0	334	334
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	SalDOS Finais	48.581	0	47.821	0	-30.354	66.048

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	48.581	0	173.473	0	-15.344	206.710
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	48.581	0	173.473	0	-15.344	206.710
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-115.341	0	0	-115.341
5.04.06	Dividendos	0	0	-115.341	0	0	-115.341
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	-15.344	-15.344
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	98.075	0	98.075
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-98.075	-15.344	-113.419
5.05.02.06	Dividendos mínimos obrigatórios distribuídos	0	0	0	-24.519	0	-24.519
5.05.02.07	Dividendos adicionais propostos distribuídos	0	0	0	-73.556	0	-73.556
5.05.02.08	Ajuste de avaliação patrimonial reflexa de coligada	0	0	0	0	-15.344	-15.344
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	SalDOS Finais	48.581	0	58.132	0	-30.688	76.025

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
7.01	Receitas	148	275	259
7.01.02	Outras Receitas	148	275	259
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-644	-111	-3.960
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-644	-110	-3.959
7.02.04	Outros	0	-1	-1
7.02.04.01	Resultado da baixa de ativo imobilizado	0	-1	-1
7.03	Valor Adicionado Bruto	-496	164	-3.701
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-496	164	-3.701
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	978.124	123.147	103.472
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	146.597	122.985	95.871
7.06.02	Receitas Financeiras	991	162	7.601
7.06.03	Outros	830.536	0	0
7.06.03.01	Outras receitas	830.536	0	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	977.628	123.311	99.771
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	977.628	123.311	99.771
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	154	38	1.362
7.08.02.01	Federais	154	38	1.362
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	14.590	469	334
7.08.03.01	Juros	14.357	467	333
7.08.03.03	Outras	233	2	1
7.08.03.03.01	Outras despesas financeiras	233	2	1
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	962.884	122.804	98.075
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	794.263	0	0
7.08.04.02	Dividendos	168.621	122.804	98.075

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
1	Ativo Total	3.825.487	85.435	95.059
1.01	Ativo Circulante	387.700	3.084	12.014
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	238.982	227	9.277
1.01.02	Aplicações Financeiras	33.007	0	0
1.01.03	Contas a Receber	103.352	0	0
1.01.03.01	Clientes	103.352	0	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	6.423	2.857	2.737
1.01.07	Despesas Antecipadas	3.868	0	0
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.068	0	0
1.01.08.03	Outros	2.068	0	0
1.01.08.03.01	Instrumento financeiro derivativo - SWAP	1.321	0	0
1.01.08.03.02	Outros ativos circulantes	747	0	0
1.02	Ativo Não Circulante	3.437.787	82.351	83.045
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	22.654	32	32
1.02.01.07	Tributos Diferidos	7.675	0	0
1.02.01.07.02	Impostos a Recuperar	7.387	0	0
1.02.01.07.03	Impostos e contribuições diferidos	288	0	0
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	14.979	32	32
1.02.01.10.04	Outros Ativos Não Circulantes	287	32	32
1.02.01.10.05	Depósitos judiciais	14.692	0	0
1.02.02	Investimentos	0	82.319	83.013
1.02.03	Imobilizado	1.360.506	0	0
1.02.04	Intangível	2.054.627	0	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2	Passivo Total	3.825.487	85.435	95.059
2.01	Passivo Circulante	495.264	2.570	2.103
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.114	0	0
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	2.114	0	0
2.01.02	Fornecedores	7.893	2.481	2.013
2.01.03	Obrigações Fiscais	9.229	89	90
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	9.229	89	90
2.01.03.01.02	Impostos, contribuições e taxas a recolher	9.229	89	90
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	257.391	0	0
2.01.04.02	Debêntures	257.391	0	0
2.01.05	Outras Obrigações	208.493	0	0
2.01.05.02	Outros	208.493	0	0
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	110.579	0	0
2.01.05.02.04	Contas a pagar - aquisição de investimento	60.440	0	0
2.01.05.02.05	Receita diferida	4.367	0	0
2.01.05.02.06	Instrumento financeiro derivativo - SWAP	609	0	0
2.01.05.02.07	Passivo de arrendamento	225	0	0
2.01.05.02.08	Outros passivos	32.273	0	0
2.01.06	Provisões	10.144	0	0
2.01.06.02	Outras Provisões	10.144	0	0
2.01.06.02.04	Provisão para férias	2.241	0	0
2.01.06.02.05	Provisão para contrato oneroso	1.998	0	0
2.01.06.02.06	Provisões para compromissos futuros	5.905	0	0
2.02	Passivo Não Circulante	2.429.776	16.030	16.030
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.713.096	0	0
2.02.01.02	Debêntures	1.713.096	0	0
2.02.02	Outras Obrigações	83.225	16.030	16.030
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.428	16.030	16.030

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2.02.02.02	Outros	81.797	0	0
2.02.02.02.03	Instrumento financeiro derivativo - SWAP	81.797	0	0
2.02.03	Tributos Diferidos	596.300	0	0
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	596.300	0	0
2.02.04	Provisões	37.155	0	0
2.02.04.02	Outras Provisões	37.155	0	0
2.02.04.02.04	Provisões para compromissos futuros	34.574	0	0
2.02.04.02.05	Provisões para riscos	2.581	0	0
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	900.447	66.835	76.926
2.03.01	Capital Social Realizado	66.071	48.581	48.581
2.03.04	Reservas de Lucros	803.979	47.821	58.132
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	4.742	-30.354	-30.688
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	25.655	787	901

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	56.758	0	0
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-14.633	0	0
3.02.01	Custos com depreciação e amortização	-6.369	0	0
3.02.02	Prêmio de risco (repactuação do risco hidrológico)	-1.849	0	0
3.02.03	Custos com pessoal	-2.448	0	0
3.02.04	Custos com manutenção	-1.402	0	0
3.02.05	Tarifa de uso dos sistemas elétricos de distribuição (TUSD)	-833	0	0
3.02.06	Custos com seguros	-673	0	0
3.02.07	Custos com operação	-501	0	0
3.02.08	Taxas setoriais	-80	0	0
3.02.09	Custos com meio ambiente	-448	0	0
3.02.10	Outros custos	-30	0	0
3.03	Resultado Bruto	42.125	0	0
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	982.234	126.509	93.040
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.531	-196	-5.365
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	857.020	275	259
3.04.04.01	Outras Receitas	166	275	259
3.04.04.02	Ganho na remensuração de investimento	853.789	0	0
3.04.04.03	Resultado na baixa de ativos	3.065	0	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-2.223	1	1
3.04.05.01	Despesas com pessoal e administradores	-1.680	0	0
3.04.05.02	Depreciação e amortização	-5	0	0
3.04.05.03	Outras despesas operacionais	-538	1	1
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	128.968	126.429	98.145
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.024.359	126.509	93.040
3.06	Resultado Financeiro	-32.476	-290	7.939
3.06.01	Receitas Financeiras	2.031	180	8.283
3.06.02	Despesas Financeiras	-34.507	-470	-344

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	991.883	126.219	100.979
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-2.038	-4	-217
3.08.01	Corrente	-3.286	-4	-217
3.08.02	Diferido	1.248	0	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	989.845	126.215	100.762
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	989.845	126.215	100.762
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	962.884	122.804	98.075
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	26.961	3.411	2.687
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	19,9281	2,5278	2,0188
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	19,9281	2,5278	2,0188

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	989.845	126.215	100.762
4.02	Outros Resultados Abrangentes	35.861	343	-15.770
4.02.01	Ganho (perda) de valor justo de instrumentos de hedge durante o exercício	35.861	343	-15.770
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	1.025.706	126.558	84.992
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	997.980	123.138	82.731
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	27.726	3.420	2.261

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	116.925	127.599	77.615
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	47.880	-210	-2.253
6.01.01.01	ucro antes do imposto de renda e da contribuição social	991.883	126.219	100.979
6.01.01.02	Resultado na baixa de ativo imobilizado e intangível	-3.065	0	0
6.01.01.03	Juros e atualizações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	30.048	0	0
6.01.01.04	Atualização financeira sobre depósitos judiciais	-24	0	0
6.01.01.05	Atualização financeira sobre aplicações financeiras	-154	0	0
6.01.01.06	Atualização financeira sobre compromissos futuros	208	0	0
6.01.01.07	Atualização financeira sobre contratos de aluguéis	7	0	0
6.01.01.08	Depreciação e amortização	6.374	0	0
6.01.01.09	Equivalência patrimonial	-128.968	-126.429	-98.145
6.01.01.10	Ganho na remensuração de investimento	-853.789	0	0
6.01.01.11	Juros s/ mútuo	0	0	-5.087
6.01.01.12	Prêmio de risco repactuação do risco hidrológico	1.849	0	0
6.01.01.13	Constituição do ajuste MRE	-572	0	0
6.01.01.14	Apropriação do ajuste do MRE	239	0	0
6.01.01.15	PIS e COFINS diferido sobre ajuste MRE	12	0	0
6.01.01.16	Instrumentos financeiros derivativos	3.192	0	0
6.01.01.17	Custo de transação de Debêntures	432	0	0
6.01.01.18	Provisão para riscos	208	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	488	681	-2.833
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-1.789	0	0
6.01.02.02	Impostos a recuperar	-229	215	-2.715
6.01.02.03	Despesas antecipadas	682	0	0
6.01.02.04	Outros passivos	-38	0	0
6.01.02.05	Outros ativos	361	0	0
6.01.02.06	Fornecedores	2.169	468	150
6.01.02.07	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	1.913	0	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.01.02.08	Impostos e contribuições a recolher	1.463	-2	-268
6.01.02.09	Provisão de férias e 13º salário	-1.605	0	0
6.01.02.10	Pagamento contrato oneroso	-1.934	0	0
6.01.02.11	Pagamento compromissos futuros	-505	0	0
6.01.03	Outros	68.557	127.128	82.701
6.01.03.01	Dividendos recebidos	68.564	127.132	82.983
6.01.03.02	Juros pagos sobre contratos de aluguéis	-7	0	0
6.01.03.03	Imposto de renda e contribuição social pagos no período	0	-4	-282
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-898.491	0	44.034
6.02.01	Aquisição de participação adicional em controlada	-1.009.438	0	0
6.02.02	Caixa assumido em combinação de negócios	129.934	0	0
6.02.03	Recursos enviados para partes relacionadas	0	0	-90.854
6.02.04	Recursos recebidos de partes relacionadas	0	0	134.889
6.02.05	Depósitos judiciais	-32	0	0
6.02.06	Aquisição de imobilizado e intangível	-2.722	0	0
6.02.07	(Aplicações) Resgates em aplicações financeiras	-20.238	0	0
6.02.08	Indenização do sinistro do ativo imobilizado	4.005	0	0
6.02.09	Outros	0	0	-1
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	1.020.321	-136.649	-217.928
6.03.01	Dividendos pagos	-99.005	-136.649	-217.928
6.03.02	Captação Líquida de Debêntures	1.119.369	0	0
6.03.03	Partes relacionadas	2	0	0
6.03.04	Pagamento de arrendamento	-45	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	238.755	-9.050	-96.279
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	227	9.277	105.556
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	238.982	227	9.277

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	48.581	0	47.821	0	-30.354	66.048	787	66.835
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	48.581	0	47.821	0	-30.354	66.048	787	66.835
5.04	Transações de Capital com os Sócios	17.490	0	-38.105	0	0	-20.615	-2.858	-23.473
5.04.01	Aumentos de Capital	17.490	0	0	0	0	17.490	0	17.490
5.04.06	Dividendos	0	0	-38.105	0	0	-38.105	-2.858	-40.963
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	794.263	0	35.096	829.359	27.726	857.085
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	962.884	0	962.884	26.961	989.845
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	794.263	-962.884	35.096	-133.525	765	-132.760
5.05.02.06	Dividendos mínimos obrigatórios	0	0	0	-239.847	0	-239.847	0	-239.847
5.05.02.07	Dividendos mínimos obrigatórios destinados para reserva de lucros a realizar	0	0	71.226	0	0	71.226	0	71.226
5.05.02.08	Ajuste de avaliação patrimonial reflexa de controladas	0	0	0	0	35.096	35.096	765	35.861
5.05.02.09	Reserva Legal	0	0	3.498	-3.498	0	0	0	0
5.05.02.10	Reserva de lucros a realizar	0	0	719.539	-719.539	0	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	66.071	0	803.979	0	4.742	874.792	25.655	900.447

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	48.581	0	58.132	0	-30.688	76.025	901	76.926
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	48.581	0	58.132	0	-30.688	76.025	901	76.926
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-10.311	0	0	-10.311	-3.534	-13.845
5.04.06	Dividendos	0	0	-10.311	0	0	-10.311	-3.534	-13.845
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	334	334	3.420	3.754
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	0	122.804	3.411	126.215
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	334	-122.470	9	-122.461
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	0	0	9	0
5.05.02.07	Dividendos mínimos obrigatórios distribuídos	0	0	0	-30.701	0	-30.701	0	-30.701
5.05.02.08	Dividendos adicionais propostos distribuídos	0	0	0	-92.103	0	-92.103	0	-92.103
5.05.02.09	Ajuste de avaliação patrimonial reflexa de coligada	0	0	0	122.804	334	334	0	343
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	48.581	0	47.821	0	-30.354	66.048	787	66.835

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	48.581	0	173.473	0	-15.344	206.710	3.151	209.861
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	48.581	0	173.473	0	-15.344	206.710	3.151	209.861
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-115.341	0	0	-115.341	-4.512	-119.853
5.04.06	Dividendos	0	0	-115.341	0	0	-115.341	-4.512	-119.853
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	-15.344	-15.344	2.262	-13.082
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	98.075	0	98.075	2.687	100.762
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-98.075	-15.344	-113.419	-425	-113.844
5.05.02.06	Outros	0	0	0	0	0	0	1	1
5.05.02.07	Dividendos mínimos obrigatórios distribuídos	0	0	0	-24.519	0	-24.519	0	-24.519
5.05.02.08	Dividendos adicionais propostos distribuídos	0	0	0	-73.556	0	-73.556	0	-73.556
5.05.02.09	Ajuste de avaliação patrimonial reflexa de coligada	0	0	0	0	-15.344	-15.344	-426	-15.770
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	48.581	0	58.132	0	-30.688	76.025	901	76.926

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
7.01	Receitas	63.079	275	259
7.01.02	Outras Receitas	63.079	275	259
7.01.02.01	Venda de Energia - Faturada	58.097	0	0
7.01.02.02	Venda de Energia - Ajustes de mercado	811	0	0
7.01.02.03	Outras Receitas	4.171	275	259
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-8.598	-157	-4.001
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-4.365	-156	-3.999
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-280	0	0
7.02.04	Outros	-3.953	-1	-2
7.02.04.01	Encargos de Uso da Rede de Distribuição	-913	0	0
7.02.04.02	Prêmio de repactuação do risco hidrológico	-1.849	0	0
7.02.04.03	Resultado da baixa de ativo imobilizado	-940	0	0
7.02.04.04	Outros	-251	-1	-2
7.03	Valor Adicionado Bruto	54.481	118	-3.742
7.04	Retenções	-6.374	0	0
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-6.374	0	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	48.107	118	-3.742
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	984.788	126.609	106.428
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	128.968	126.429	98.145
7.06.02	Receitas Financeiras	2.031	180	8.283
7.06.03	Outros	853.789	0	0
7.06.03.01	Outras receitas	853.789	0	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.032.895	126.727	102.686
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.032.895	126.727	102.686
7.08.01	Pessoal	3.733	0	0
7.08.01.01	Remuneração Direta	3.278	0	0
7.08.01.02	Benefícios	392	0	0
7.08.01.03	F.G.T.S.	63	0	0

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	4.809	42	1.579
7.08.02.01	Federais	4.728	42	1.579
7.08.02.02	Estaduais	76	0	0
7.08.02.03	Municipais	5	0	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	34.508	470	345
7.08.03.01	Juros	33.748	467	333
7.08.03.02	Aluguéis	64	0	0
7.08.03.03	Outras	696	3	12
7.08.03.03.01	Outras despesas financeiras	696	3	12
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	989.845	126.215	100.762
7.08.04.02	Dividendos	168.621	122.804	98.075
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	821.224	3.411	2.687

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DO EXERCÍCIO SOCIAL DE 2021**

A Administração da Eletroriver S.A. (“Companhia”), em cumprimento às determinações legais, apresenta aos seus acionistas, para apreciação em Assembleia Geral Ordinária, as Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

No exercício de 2021, a Companhia ampliou sua participação no capital da BRASIL PCH S.A. (“Brasil PCH” ou “Investida”), mediante a aquisição conjunta com a BSB de 51% das ações emitidas pela Investida e, antes, detidas pela Renova Energia S.A. – Em Recuperação Judicial, por meio do exercício do direito de preferência previsto no Acordo de Acionistas da Investida e nos termos do Edital de Alienação Judicial de Unidade Produtiva Isolada por Meio de Propostas Isoladas que determinou as regras de alienação da referida participação societária. Assim, nesta data, a Companhia possui 65.931.482 ações ordinárias enquanto a BSB detém as demais 28.256.349, representativas, respectivamente, de 70% e 30% do capital social da Brasil PCH.

A Companhia é detentora de 1.781.165 ações ordinárias da BSB Energética S.A. (“BSB”), correspondentes a 91% do capital social desta última, de modo que a Companhia detém, direta e indiretamente, participação equivalente a 97,3% no capital social da Brasil PCH.

A Brasil PCH, constituída em 23 de março de 2005, iniciou suas operações em 04 de abril de 2006, através de sua controlada integral, PCHPAR PCH Participações S.A., por sua vez, única acionista de 13 (treze) Sociedades de Propósito Específico que comercializam energia no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (“PROINFA”) a partir de Pequenas Centrais Hidrelétricas (“PCHs”) com capacidade total de 291,5MW.

No exercício de 2021, a Companhia apurou lucro de R\$ 962.884 mil na controladora e R\$ 989.845 mil no consolidado, decorrente, principalmente, da consolidação do resultado de seus investimentos na Brasil PCH e na BSB, bem como da remensuração de seus investimentos nas controladas em decorrência da aquisição supracitada.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os auditores independentes realizaram outros serviços, que não auditoria, os quais montam em R\$ 90 mil.

Aproveitamos a oportunidade para agradecer a todos que contribuíram para o êxito das atividades da Companhia ao longo do exercício social de 2021.

A Administração.

Notas Explicativas

ELETRORIVER S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021, 2020 E 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Eletroriver S.A. ("Eletroriver" ou "Companhia" e em conjunto com suas controladas denominadas "Grupo") foi constituída em 28 de maio de 1997, com sede social na cidade de Salvador e estado da Bahia, tendo a CS Energia S.A. como controladora e como controlada direta as empresas BSB Energética S.A. ("BSB") e a Brasil PCH ("Brasil PCH"), além das participações indiretas na PCHPAR - PCH Participações S.A. e em 13 Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCH, as quais estão descritas abaixo na seção "Dados das controladas". O Grupo tem por objeto social a geração e distribuição de energia elétrica no segmento de PCH's, bem como exercer atividades inerentes a sua atividade principal e participar de outros empreendimentos ou sociedades seja como acionista ou cotista, com meio para realização de seu objeto social.

Em 10 de setembro de 2021, em deliberação da Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Companhia, foi aprovada a emissão da 1ª (primeira) debêntures simples com a finalidade de financiar a aquisição de parte das ações emitidas pela Brasil PCH S.A. ("Brasil PCH"), que anteriormente eram detidas pela Chipley SP Participações S.A. - Em Recuperação Judicial ("Chipley") controlada pela RENOVA ENERGIA S.A. - Em Recuperação Judicial. A Renova possuía o equivalente à 51% das ações ordinárias da Brasil PCH, os quais a Eletroriver e a BSB exerceram o direito de preferência de aquisição conforme previsto no Acordo de Acionistas da Brasil PCH, celebrado em 4 de abril de 2006 e nos termos do Edital de Alienação Judicial de Unidade Produtiva Isolada por Meio de Propostas Isoladas que determinou as regras de alienação da referida participação societária na Brasil PCH.

Em 1º de dezembro de 2021, a Eletroriver e a BSB concluíram a aquisição das ações da Brasil PCH, onde a Eletroriver passou a deter o total de 70% (65.931.842 ações ordinárias) e a BSB 30% (28.256.349 ações ordinárias) do capital social da Brasil PCH, assumindo o controle da Brasil PCH na referida data, conforme divulgado na nota explicativa nº 12. A partir dessa data, a Eletroriver passou a controlar a Brasil PCH.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas apresentaram no balanço patrimonial consolidado, capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 107.564 (positivo no montante de R\$514 em 31 de dezembro de 2020, e positivo no montante de R\$ 9.911 em 2019), e na controladora o montante de R\$ 98.252 (positivo no montante de R\$ 386 em 31 de dezembro de 2020, e positivo no montante de R\$ 8.729 em 2019). A Administração entende que não existe risco de continuidade operacional, visto que a emissão das debêntures está vinculada à aquisição da parcela adicional das ações da Brasil PCH S.A. realizada pela Grupo e o fluxo das receitas de suas controladas indiretas são estáveis e conhecidos a partir da comercialização das energias no âmbito do PROINFA, os quais são suficientes para cobrir o capital circulante líquido negativo.

Dados das controladas

BSB Energética S.A.: Constituída em 24 de março de 2000, com sede social na cidade e estado de São Paulo, a BSB tem por objetivo social, a geração de energia elétrica no segmento PCH's, bem como exercer atividades inerentes à sua finalidade principal e participar de outros empreendimentos ou sociedades, seja como acionista ou quotista, como meio para realização do seu objeto social.

Notas Explicativas

Brasil PCH S.A.: Constituída em 23 de março de 2005, iniciou suas operações em 4 de abril de 2006 através da PCH Participações S.A., investida que possui 100% do capital social de 13 Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH's), com capacidade total de 291,5 MW de potência instalada, autorizadas pela ANEEL pelo período de 30 anos, podendo ser prorrogada por igual período nos termos do artigo 2º da Lei 12.783/2013, com redação dada pela Lei 13.360/2016, regulamentada pelo Decreto 9.158/2017.

A comercialização da energia gerada pelas 13 controladas indiretas da Brasil PCH se dá por meio de contratos de compra e venda de energia com prazo de 20 anos, a contar da data de operação comercial, firmados entre essas empresas e a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (ELETROBRAS) no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA). Por tal contrato, a ELETROBRAS adquire a totalidade da energia produzida. Abaixo é apresentada as informações relativas às PCHs que são controladas pela Brasil PCH:

PCHs	Localização	Capacidade Instalada (MW)	Garantia Física (MWm)	Início de Autorização	Início operação comercial	Término autorização (*)
Bonfante	Rio Paraibuna, Simão Pereira, MG	19	13,48	28/08/2001	02/08/2008	27/08/2031
Calheiros	Rio Itabapoana, Bom Jesus, RJ	19,5	10,92	14/01/2000	12/09/2008	13/01/2030
Caparaó	Rio Preto, Dolores do Rio Preto, ES	4,5	2,61	30/12/1999	30/12/2008	29/12/2029
Carangola	Rio Carangola, Carangola, MG	15	9,57	23/12/1999	25/06/2008	22/12/2029
Funil	Rio Guanhães, Dolores de Guanhães, MG	22,5	14,54	23/12/1999	05/03/2008	22/12/2029
Irara	Rio Doce, Jataí, GO	30	18,21	25/09/2002	06/09/2008	24/09/2032
Jataí	Rio Claro, Jataí, GO	30	20,35	19/12/2002	30/07/2008	18/12/2032
Monte Serrat	Rio Paraibuna, Comendador Levy Gasparian, RJ	25	18,28	28/08/2001	13/02/2009	27/08/2031
Retiro Velho	Rio da Prata, Aporé, GO	18	13,15	13/11/2002	16/06/2009	12/11/2032
Santa Fé	Rio Paraibuna, Três Rios, RJ	30	26,1	06/11/2002	09/05/2008	05/11/2032
São Joaquim	Rio Benevente, Alfredo Chaves, ES	21	13,28	19/10/2000	17/04/2008	18/10/2030
São Pedro	Rio Jucu Braço Norte, Domingos Martins, ES	30	18,41	19/11/2003	16/06/2009	18/11/2033
São Simão	Rio Itapemirim, Alegre, ES	27	15,2	23/03/2001	17/02/2009	22/03/2031

(*) As PCHs obtiveram aprovação da ANEEL, através das resoluções autorizativas nº 11.023 e nº 11.131 datadas de 31 de janeiro de 2022 e 23 de fevereiro de 2022, para que o prazo de outorga fosse considerado a partir da data de início de operação das PCHs.

1.1. Mecanismo de Realocação de Energia - MRE (Consolidado)

As PCHs controladas pela Brasil PCH fizeram opção por participar do MRE, tendo, portanto, compartilhado o risco hidrológico com as demais usinas participantes desse mecanismo. Não obstante, por força de serem todas inscritas e contratadas no âmbito do PROINFA, as contabilizações do MRE são realizadas mensalmente pela CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e repassadas à ELETROBRAS, que, por sua vez, calcula os ajustes a serem somados ou subtraídos do faturamento das PCHs no ano subsequente, em 12 parcelas, conforme definições contratuais.

1.2. Repactuação do risco hidrológico - RRH (Consolidado)

As PCHs controladas pela Brasil PCH aderiram à RRH nos termos da Lei nº 13.203/2015 e Resolução Normativa ANEEL nº 684/2015, fazendo opção pela transferência integral do risco hidrológico (SP100) ao Consumidor. Nesta opção, o gerador do MRE transfere integralmente o risco hidrológico dos contratos regulados de venda de energia mediante pagamento de prêmio de risco de R\$9,50/MWh (data-base janeiro/2015, anualmente atualizado pelo IPCA) até o final desses contratos.

Notas Explicativas

Eletroriver S.A.

A partir de julho de 2020, a Eletrobras informou as controladas indiretas PCH's que o prêmio seria efetivado mediante desconto no primeiro pagamento do faturamento mensal das usinas do Grupo, no próprio mês de sua realização, não sendo, portanto, aplicado o desconto do faturamento conforme inicialmente informado aos agentes do PROINFA.

Em 24 de agosto de 2020, as controladas indiretas da Companhia apresentaram notificações de controvérsia à Eletrobrás, manifestando a discordância com o procedimento adotado pela empresa no que se refere ao desconto do valor do Prêmio de Risco Hidrológico ("PRH") no pagamento da primeira parcela da fatura do mês correspondente (julho/20).

Em 21 de setembro de 2020, a Eletrobrás se pronunciou sobre as notificações de controvérsias, informando que encaminhou o assunto para a análise da sua área jurídica e tributária, e está avaliando a necessidade de realização de Consulta à ANEEL para um novo pronunciamento.

Em 11 de março de 2021, as PCHs apresentaram manifestação acerca do pronunciamento da Eletrobras ratificando o teor as notificações de controvérsia e reiterando a solicitação quanto ao procedimento de desconto do valor do PRH, até o momento sem solução.

Em 31 de dezembro de 2021, as PCHs possuem provisão no montante de R\$32.269 registrada no passivo circulante na rubrica "outros passivos" relativas a este assunto.

1.3. Sinistro São Joaquim Energia S.A. ("São Joaquim") - Consolidado

Em razão das fortes chuvas na região do município de Alfredo Chaves, estado do Espírito Santo, a casa de força da São Joaquim Energia S.A., controlada da Brasil PCH, foi inundada, resultando na interrupção da produção de energia elétrica a partir do dia 17 de janeiro de 2020.

A São Joaquim tomou todas as medidas necessárias para os reparos e pronto restabelecimento da situação operacional das centrais geradoras, de modo que a unidade geradora UG01 voltou a operar no dia 28 de abril de 2020 e a unidade geradora UG02 em 22 de maio de 2020. A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL autorizou por meio dos Despachos nº 1.228 e 1.491 a partir do dia 1 e 28 de maio de 2020, respectivamente, a liberação da operação comercial das unidades geradoras da São Joaquim.

Por conta do ocorrido, a Administração da São Joaquim iniciou o processo de regulação junto à seguradora acerca do montante a ser indenizado referente ao sinistro envolvendo as unidades geradoras UG01 e UG02.

Em 20 de dezembro de 2021, a seguradora efetuou o pagamento da última parcela da indenização no valor de R\$4.005, sendo R\$787 referente a indenização de lucros cessantes e R\$3.218 referente a indenização de danos materiais. O montante foi reconhecido no resultado na rubrica de "resultado na baixa de ativos" e com isso o sinistro foi economicamente encerrado.

1.4. Sinistro Santa Fé Energética S.A. ("Santa Fé") - Consolidado

Em agosto de 2020, com uso de veículo submersível remotamente operado ("ROV"), a Santa Fé Energética S.A., controlada da Brasil PCH, realizou inspeção no túnel de adução do empreendimento, quando foi possível identificar, um trecho com colapso parcial daquela estrutura, com danos na parede lateral e abóbada.

As intervenções necessárias à recomposição das condições de segurança operacional do túnel de adução foram iniciadas no mês de maio e finalizadas dia 13 de julho de 2021. A unidade geradora 01 voltou a operar dia 08 de julho de 2021 e a unidade geradora 02 no dia 15 de julho de 2021.

Notas Explicativas

A Santa Fé reconheceu resultado pela baixa de ativos no montante de R\$940, na rubrica “Resultado na baixa de ativos”, o qual reflete a baixa contábil do valor residual referente aos ativos que compõe a parcela danificada do seu túnel de adução.

Adicionalmente, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Santa Fé dispendeu gastos com recuperação na estrutura do túnel de adução. Esses valores foram reconhecidos como ativo imobilizado, na rubrica de “Reservatório, barragem, adutora”.

Por conta do ocorrido, a Administração da Santa Fé iniciou o processo de regulação junto à seguradora acerca do montante a ser indenizado referente ao sinistro envolvendo o túnel de adução.

Importante mencionar que a Administração da Santa Fé ainda está aguardando a análise definitiva da Seguradora sobre os montantes finais envolvidos neste tema.

1.5. Revisão da garantia física

Em 23 de junho de 2015 o Tribunal Regional Federal da 1ª Região julgou procedente o pedido da ABRAGEL de suspensão das portarias do MME que reduziram a garantia física das centrais não despachadas no período de 2010 a 2015, com base no artigo 6º, incisos I e II da Portaria MME nº 463/2009.

O MME restabeleceu, por meio da Portaria SPE/MME nº 267/2015, as garantias físicas das PCHs aos seus montantes originais, incluindo todas as PCHs com exceção da PCH Funil, bem como suspendeu o mecanismo automático de revisão extraordinária de garantia física por meio da portaria MME Nº 376/2015.

Em 23 novembro de 2015 a Funil obteve decisão liminar restabelecendo, por meio da Portaria SPE/MME 383/2015, o montante original de sua garantia física.

Em 28 de junho 2019, foi proferida sentença favorável em 1ª instância da liminar obtida em junho de 2015 pela ABRAGEL, abrangendo 12 usinas da Companhia (exceto PCH Funil), onde o magistrado julgou procedente o pedido da autora de não sofrer revisões de garantia física “automática”, conforme Portaria MME 463/2009, bem como anular as Portarias publicadas antes do pedido da referida liminar, retrocedendo seus efeitos e reestabelecendo a garantia física original dos empreendimentos. Adicionalmente, a sentença solicita que seja comunicado à CCEE a respectiva decisão para que a mesma promova a recontabilização de todo o período afetado, ajustando adequadamente as posições dos agentes afetados.

Em função das garantias físicas estarem vigentes em seus montantes originais devido a decisões judiciais, os contratos PROINFA retornaram nos montantes originais de energia contratada.

2. IMPACTOS COVID-19

O Grupo analisou os impactos da COVID-19 e não identificou quaisquer mudanças nas circunstâncias que indiquem eventuais indicativos de que seus ativos não estejam registrados pelo seu valor recuperável, indicativos de descontinuidade operacional, ou que requeiram ajustes nas suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, de 2020 e de 2019.

Notas Explicativas

Eletroriver S.A.

3. COMPANHIAS DO GRUPO

Abaixo estão apresentadas as entidades que são controladas, diretamente ou indiretamente, pela Eletroriver em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019:

Investida	Participação direta		Participação indireta (*)	
	2021	2020 e 2019	31/12/2021	2020 e 2019
<u>Investimentos mantidos diretamente pela Eletroriver</u>				
BSB Energética S.A.	91,00%	91,00%	0,00%	0,00%
Brasil PCH S.A. (**)	70,00%	34,30%	27,30%	13,38%
<u>Investimentos mantidos através da participação na Brasil PCH</u>				
PCHPAR PCH Participações S.A.	70,00%	34,30%	27,30%	13,38%
Bonfante Energética S.A.	70,00%	34,30%	27,30%	13,38%
Carangola Energia S.A.	70,00%	34,30%	27,30%	13,38%
Calheiros Energia S.A.	70,00%	34,30%	27,30%	13,38%
Caparaó Energia S.A.	70,00%	34,30%	27,30%	13,38%
Funil Energia S.A.	70,00%	34,30%	27,30%	13,38%
Irara Energética S.A.	70,00%	34,30%	27,30%	13,38%
Jataí Energética S.A.	70,00%	34,30%	27,30%	13,38%
Monte Serrat Energética S.A.	70,00%	34,30%	27,30%	13,38%
Retiro Velho Energética S.A.	70,00%	34,30%	27,30%	13,38%
Santa Fé Energética S.A.	70,00%	34,30%	27,30%	13,38%
São Joaquim Energia S.A.	70,00%	34,30%	27,30%	13,38%
São Pedro Energia S.A.	70,00%	34,30%	27,30%	13,38%
São Simão Energia S.A.	70,00%	34,30%	27,30%	13,38%

(*) A participação indireta refere-se ao percentual que a BSB possui nas datas-bases sobre os referidos investimentos, multiplicado pelo percentual que a Eletroriver possui sobre a BSB.

(**) A controlada foi consolidada a partir de 1º de dezembro de 2021 nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

4. IMPACTOS DE NOVAS LEGISLAÇÕES E NORMASNormas e interpretações novas e revisadas, aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2021

As normas brasileiras de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS") novas e revisadas a seguir, em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2021, foram adotadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A adoção dessas IFRSs novas e revisadas, aplicáveis a Companhia e suas controladas, não tiveram nenhum efeito relevante sobre os valores reportados e/ou divulgados para os exercícios corrente e anterior.

Notas Explicativas

Pronunciamento	Descrição
IFRS 4 (CPC 11), IFRS 7 (CPC 40(R1)), IFRS 9 (CPC 48), IFRS 16 (CPC 06(R2)) e IAS 39 (CPC 38) Impacto da adoção inicial da das alterações da Reforma da Taxa de Juros de Referência - Fase 2 (Efetivo para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2021)	As taxas interbancárias oferecidas (IBORs) são taxas de referência de juros tais como LIBOR, EURIBOR e TIBOR. Porém, devido a recentes discussões no mercado colocaram em questão a viabilidade de longo prazo desses benchmarks. Desta forma, em agosto de 2020, o IASB emitiu Reforma da Taxa de Juros de Referência (Alterações à IFRS 4(CPC 11), IFRS 7 (CPC 40(R1)), IFRS 9(CPC 48), IFRS 16 (CPC 06(R2)) e IAS 39(CPC 38) - Fase 2). Não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e de suas controladas.
IFRS 16 (CPC 06 (R2)) - Impacto da aplicação inicial da Alteração à IFRS 16 (CPC 06 (R2)) - Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19(Aplicável para exercícios anuais ou períodos com início em ou após 30 de junho de 2021)	Em maio de 2020, o IASB emitiu a norma Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19 (Alterações à IFRS16/CPC 06(R2)) que estabelece medidas práticas para arrendatários na contabilização de concessões de aluguel ocorridas como resultado direto da COVID-19. O expediente prático permite que o arrendatário opte por não avaliar se a concessão de aluguel relacionada à COVID-19 é uma modificação de arrendamento. O arrendatário que faz sua opção deverá contabilizar qualquer mudança nos pagamentos de arrendamento resultante da concessão de aluguel relacionada à COVID19 aplicando a IFRS 16 como se a mudança não fosse uma modificação de arrendamento, considerando pagamentos devidos em ou anterior a 30 de junho de 2021. Devido à natureza contínua dos impactos da pandemia do COVID19, em março de 2021 o IASB emitiu alteração ao expediente prático, o qual estendeu a sua aplicabilidade para os referidos pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2022. Não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e de suas controladas.

Na data de autorização destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia e suas controladas não adotaram as novas normas e revisadas a seguir, as quais já estão emitidas e ainda não vigentes:

Pronunciamento	Expectativa início da vigência	Descrição
IFRS 17	01/01/2023	Contratos de Seguros
Alterações à IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas e IAS 28 (alterações)	Ainda não definida pelo IASB	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture
Alterações à IAS 1	01/01/2023	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes

Notas Explicativas

Eletroriver S.A.

Pronunciamento	Expectativa início da vigência	Descrição
Alterações à IFRS 3	01/01/2022	Referência à Estrutura Conceitual
Alterações à IAS 16	01/01/2022	Imobilizado-Recursos Antes do Uso Pretendido
Alterações à IAS 37	01/01/2022	Contratos Onerosos - Custo de Cumprimento do Contrato
Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018-2020	01/01/2022	Alterações à IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, IFRS 16 - Arrendamentos, e IAS 41 - Agricultura
Alterações à IAS 1 e IFRS Declaração da Prática	01/01/2023	Divulgação de Políticas Contábeis
Alterações à IAS 8	01/01/2023	Definição de Estimativas Contábeis
Alterações à IAS 12	01/01/2023	Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única ação

A Administração do Grupo não espera impactos significativos decorrentes da aplicação dessas novas normas.

5. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

5.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP").

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Notas Explicativas

5.2. Bases de elaboração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de serviços.

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais, que também é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5.3. Reapresentação de valores correspondentes

As demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2020 foram emitidas em 30 de agosto de 2021 e a Administração, com o objetivo de adequar às exigências regulatórias aplicáveis às Companhias com registro na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e também de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e em conformidade com o CPC 23 (IAS 8) - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, decidiu reapresentar os respectivos valores correspondentes para incluir a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) e a informação por segmento.

6. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

6.1. Continuidade operacional

A Administração tem, na data de aprovação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, expectativa razoável de que o Grupo possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, ela continua a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

6.2. Segmentos operacionais

O Grupo atua em um único segmento operacional, considerando que é uma empresa holding que detém participação indireta, com controle sobre 13 Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH's) e que, portanto sua receita provém da geração e venda de energia elétrica. Nesse contexto, essas demonstrações financeiras não possuem nota explicativa de informação por segmento.

6.3. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial do Grupo quando o Grupo for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo, exceto pelas contas a receber que não possuem componente de financiamento significativo e que são mensuradas ao preço da transação. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Notas Explicativas

Eletroriver S.A.

6.3.1. Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, em uma das seguintes categorias a seguir, de acordo com sua natureza e finalidade: (i) a valor justo por meio do resultado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (iii) custo amortizado. A Companhia considerou dois fatores para definir a classificação dos ativos financeiros: o modelo de negócio no qual o ativo financeiro é gerenciado e suas características de fluxos de caixa contratuais.

No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas mensuram um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia e suas controladas se comprometem a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia e suas controladas tenham transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

6.3.2. Passivos financeiros

São classificados no reconhecimento inicial ao: (i) custo amortizado; ou (ii) mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Os passivos financeiros classificados como mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros são reconhecidos inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos das transações, quando aplicável, utilizando o método de juros efetivos. Na data do balanço, estão apresentados pelos seus reconhecimentos iniciais, deduzidos das amortizações das parcelas de principal, quando aplicável, e acrescidos dos correspondentes encargos incorridos. A baixa de passivos financeiros ocorre somente quando as obrigações são liquidadas, extintas e canceladas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a soma da contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

Os passivos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros mantidos para negociação e designados como tais no reconhecimento inicial. Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

Notas Explicativas

Debêntures

Estão demonstradas pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos financeiros pactuados, que incluem juros e atualização monetária incorridos até as datas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas (custo amortizado), líquido dos custos de transação.

Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por período superior a 12 meses, após a data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

6.3.3. Contabilidade de “hedge” (“hedge accounting”)

A controlada Brasil PCH designa determinados derivativos como instrumentos de “hedge” de fluxo de caixa.

No início da relação de “hedge”, a controlada documenta a relação entre o instrumento de “hedge” e o item objeto de “hedge”, juntamente com seus objetivos de gestão de riscos e sua estratégia. Além disso, no início do “hedge” e em base contínua, o Grupo avalia se o instrumento de “hedge” é efetivo na compensação de variações nos fluxos de caixa do item objeto de “hedge”, que é quando as relações de “hedge” atendem todas às exigências de efetividade.

A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos e outros instrumentos de “hedge” qualificáveis que são designados e qualificados como “hedges” de fluxos de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes e acumulada na rubrica de ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido. O ganho ou a perda relacionada à parcela não efetiva é reconhecido imediatamente no resultado do exercício.

A controlada descontinua a contabilização de “hedge” apenas quando a relação de “hedge” (ou parte dela) deixa de atender os critérios de qualificação. Isso inclui circunstâncias nas quais o instrumento de “hedge” vence ou é vendido, rescindido ou exercido. A descontinuação é contabilizada prospectivamente.

6.3.4. Compensação de ativos e passivos financeiros

Ativos e passivos financeiros somente são compensados quando o Grupo possui o direito contratual e a intenção de liquidar os instrumentos financeiros em base líquida ou simultaneamente.

6.4. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas do Grupo é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados de acordo com o estatuto social, o qual permanece segregado em reserva específica dentro do patrimônio líquido até a sua efetiva aprovação.

Notas Explicativas

Eletroriver S.A.

6.5. Investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de entidades controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia:

- Tem poder sobre a investida.
- Está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida.
- Tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

A Companhia reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados anteriormente.

A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que a Companhia deixa de controlar a investida.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários da Companhia. O resultado abrangente total das controladas é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras, mesmo se isso gerar saldo negativo para as participações não controladoras.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as informações financeiras das controladas diretas e indiretas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

6.6. Investimento em coligadas e joint ventures

Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia ou sua controlada possui influência significativa e que não se configura como uma controlada nem uma participação em um empreendimento sob controle comum. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, sem exercer controle individual ou conjunto sobre essas políticas, ressalvadas as previsões legais.

Uma joint venture é um acordo conjunto através do qual as partes que detêm controle conjunto do acordo possuem direitos sobre os ativos líquidos do acordo conjunto. Controle conjunto é o compartilhamento contratualmente acordado de controle de um acordo, aplicável somente quando as decisões sobre as atividades relevantes requerem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

Notas Explicativas

Os resultados, ativos e passivos da coligada ou joint venture são incorporados às demonstrações financeiras com base no método de equivalência patrimonial. Conforme o método de equivalência patrimonial, os investimentos em coligada ou joint venture são inicialmente registrados pelo valor de custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da participação da Companhia no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da coligada ou joint venture. Quando a parcela da Companhia no prejuízo de uma coligada excede a participação da Companhia naquela coligada ou joint venture (incluindo qualquer participação de longo prazo que, na essência, esteja incluída no investimento líquido da Companhia na coligada ou joint venture), a Companhia deixa de reconhecer a sua participação em prejuízos adicionais. Os prejuízos adicionais são reconhecidos somente se a Companhia tiver incorrido em obrigações legais ou constituídas ou tiver efetuado pagamentos em nome da coligada ou joint venture.

Na aquisição do investimento em uma coligada ou joint venture, qualquer excedente do custo do investimento sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida é reconhecido como ágio, se aplicável, que é incluído no valor contábil do investimento. Qualquer excedente da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis sobre o custo do investimento, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado do período em que o investimento é adquirido.

No caso da Companhia, em função do Acordo de Acionistas da Brasil PCH e/ou da estrutura acionária da Brasil PCH, conforme o caso, até de 30 de novembro de 2021 o investimento na Brasil PCH era classificado como controle compartilhado (joint venture) e, a partir de 1 de dezembro de 2021, momento em que adquiriu parcela adicional da Brasil PCH, data em que obteve o controle da Brasil PCH.

6.7. Imobilizado

Registrado ao custo histórico de aquisição, formação/construção (inclusive juros e demais encargos financeiros líquidos) ou ao valor justo (mais valia), quando da aquisição por combinação de negócios, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável ("impairment") acumuladas, quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para o Grupo e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

Notas Explicativas

Eletroriver S.A.

6.8. Depreciação

A depreciação, exceto de móveis e utensílios e computadores e periféricos, é calculada a partir do início das operações das 13 PCHs controladas indiretas da Companhia, pelo método linear, às taxas determinadas pela Portaria DNAEE nº 815, de 15 de novembro de 1994, alteradas pelas Resoluções nº 367, de 2 de junho de 2009, 474, de 7 de fevereiro de 2012 e 731 de 23 de agosto de 2016 que, no entendimento da Administração, se aproximam das vidas úteis destes ativos.

Para os móveis e utensílios e computadores e periféricos, a taxa de depreciação linear é definida com base na avaliação da vida útil de cada ativo, estimada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros.

As 13 PCHs controladas pela Brasil PCH consideram essas taxas apropriadas, uma vez que, conforme avaliação jurídica da legislação em vigor e do que consta na Resolução de autorização para estabelecimento como produtora independente, concedida pela ANEEL, ao final do prazo dessa autorização que é de 30 anos, caso não seja renovada, o valor residual dos bens deverá ser indenizado ao Grupo.

As 13 PCHs controladas pela Brasil PCH mediante seus órgãos técnicos reexaminou a metodologia de cálculo das taxas de depreciação utilizadas por elas, com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCPSE, com respaldo nas autorizações concedidas, bem nos termos do artigo 2º da Lei 12.783/2013, com redação dada pela Lei 13.360/2016, regulamentada pelo Decreto 9.158/2017, Nota Técnica ANEEL 062/2018 e na Resolução Normativa ANEEL nº 859/2019, resta claro que está facultado às empresas, a prorrogação do prazo de suas autorizações por período adicional de 30 (trinta) anos, uma única vez, mediante o pagamento pelo Uso do Bem Público e recolhimento da Compensação Financeira Pelo Uso dos Recursos Hídricos.

Em 08 de setembro de 2020 foi publicada a Lei 14.052/20, que alterou a Lei 13.203/2015, dentre outras, para permitir a compensação aos geradores afetados por efeitos relacionados ao GSF, retroativamente a 2012, por meio da extensão do prazo de suas autorizações, limitada a 7 anos.

A legislação foi regulamentada pela ANEEL por meio das Resoluções Normativas 895/2020 e 930/2021. Em 13 de julho de 2021 foi publicada a Lei 14.182, a qual consolidou o direito a extensão também àqueles agentes que repactuaram nos termos da Resolução Normativa 684/2015 onde se enquadra as usinas do Grupo. A extensão para as usinas do Grupo foi homologada pela ANEEL por meio da Resolução Homologatória 2.932, publicada em 17 de setembro de 2021, sendo que no momento, encontra-se em discussão pedido reconsideração ao processo de cálculo e homologação das extensões realizado pela ANEEL / CCEE.

Em 11 de junho de 2021 foi publicada a Lei 14.120/21, a qual dispõe que os titulares de outorga para geração de energia, com prazo de 30 anos, terão seus prazos de autorização contados a partir da declaração de operação comercial da primeira unidade geradora. O ajuste dos respectivos termos de outorga foi realizada pelas resoluções autorizativas da ANEEL publicada no Diário Oficial da União nos dias 31/01/2022 e 23/02/2022.

Portanto, no caso dos empreendimentos das 13 PCHs controladas indiretas, não há, até o momento, qualquer indício que recomende a modificação das suas práticas contábeis utilizada para depreciação dos ativos, tendo em vista que os ativos possuem vida útil superior aos prazos das autorizações, que, por sua vez, serão renovadas por igual período (30 anos), mediante procedimentos e critérios definidos na legislação, e já devidamente regulamentados.

Notas Explicativas

O quadro abaixo demonstra a vida útil dos itens, conforme enquadramento dos ativos das 13 PCHs controladas indiretas à Resolução Normativa ANEEL Nº 674/2015, que aprovou o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE.

Vida útil

Edificações, obras civis e benfeitorias	30 a 50 anos
Máquinas, equipamentos e instalações	6 a 40 anos
Reservatórios barragens e adutoras	50 anos

6.9. Intangível

Estão registrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicáveis. Os ativos intangíveis que possuem vida útil econômica definida, conforme demonstrados na nota explicativa nº 15, são amortizados levando-se em consideração sua vida útil, que reflete o benefício econômico dos referidos ativos intangíveis.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do seu uso ou alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

Ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios

Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios e reconhecidos separadamente do ágio são inicialmente registrados pelo seu valor justo na data da aquisição, o qual é equivalente ao seu custo.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios são registrados ao custo, deduzidos da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, assim como os ativos intangíveis adquiridos separadamente.

Ágio

O ágio é mensurado como o excesso da soma da contraprestação transferida, do valor das participações minoritárias na entidade adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na entidade adquirida (se houver) sobre os valores líquidos na data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis.

O ágio não é amortizado, mas é submetido ao teste de redução ao valor recuperável no mínimo anualmente. Para fins do teste de redução ao valor recuperável, o ágio é alocado à unidade geradora de caixa do Grupo e é submetida anualmente ao teste de redução ao valor recuperável ou, com maior frequência quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar redução ao valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil do ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um dos seus ativos. As perdas por redução ao valor recuperável do ágio são reconhecidas no período subsequente.

Notas Explicativas

Eletroriver S.A.

6.10. Valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício, o Grupo revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia e suas controladas diretas e indiretas, calculam o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

6.11. Provisões para compromissos futuros e outras

Uma provisão é reconhecida para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

Notas Explicativas

6.12. Provisões para riscos

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

6.13. Provisão para contratos onerosos

Obrigações presentes resultantes de contratos onerosos são reconhecidas e mensuradas como provisões. Um contrato oneroso existe quando os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam que sejam recebidos ao longo da vida do contrato.

6.14. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

6.15. Receita operacional

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber.

A receita é reconhecida quando a energia é gerada e os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração. A titularidade legal é transferida, conforme determinações legais do contrato de suprimento de energia elétrica, ou seja, todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador, o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade e é provável que benefícios econômicos associados à transação fluirão para o Grupo.

Para as contraprestações variáveis, uma receita somente é reconhecida na medida em que for considerado altamente provável que uma reversão significativa no valor das receitas acumuladas não deva ocorrer.

6.16. Receita diferida

Os contratos de compra e venda de energia, celebrados entre as controladas indiretas e a ELETROBRAS, estabelecem que seja apurada em cada ano (período de janeiro a dezembro) o resultado da comercialização no âmbito da CCEE. A parcela de ajuste financeiro resultante dessa apuração será compensada nas faturas mensais do ano subsequente, em 12 parcelas. Os valores envolvidos são reconhecidos como receita diferida e apropriados ao resultado com base no regime de competência.

6.17. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures. Custos são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Notas Explicativas

Eletroriver S.A.

6.18. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes da Companhia, da controlada direta Brasil PCH S.A. e controlada indireta PCPAR PCH Participações S.A. são registrados pelo regime de competência e calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O regime fiscal adotado pela controlada direta BSB Energética S.A. e das 13 PCHs controladas indiretas foi do lucro presumido. Com base nesse critério, o resultado para fins de imposto de renda e contribuição social foi calculado aplicando-se sobre a receita as alíquotas definidas para sua atividade, que são de 8% e 12%, respectivamente. Sobre o resultado presumido foram aplicadas as alíquotas de imposto de renda e contribuição social vigentes na data do encerramento de cada exercício (25% para imposto de renda e 9% para contribuição social) - Destaca-se que a BSB Energética S.A. e a Santa Fé Energética S.A. alteraram o regime fiscal adotados em 2022 de lucro presumido para lucro real, refletindo a situação fiscal das entidades.

6.19. Impostos diferidos

O imposto diferido é o imposto devido ou a recuperar sobre as diferenças entre o valor contábil de ativos e passivos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e as correspondentes bases de cálculo usadas na apuração dos impostos.

Os passivos fiscais diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias tributáveis associadas a investimentos em controladas, coligadas e participações em joint ventures, exceto quando o Grupo for capaz de controlar a reversão das diferenças temporárias e quando for provável que essa reversão não irá ocorrer em um futuro previsível.

Os ativos fiscais diferidos originados de diferenças temporárias dedutíveis relacionadas a tais investimentos e participações somente são reconhecidos quando for provável que haverá lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias possam ser utilizadas e quando sua reversão for provável em um futuro previsível.

Impostos diferidos são calculados com base nas alíquotas fiscais aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo realizado, com base nas leis e alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no fim de cada período de relatório.

A mensuração dos impostos diferidos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual o se espera, no fim de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados quando há um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os ativos e passivos fiscais diferidos se relacionam com os impostos incidentes pela mesma autoridade tributável onde há intenção de liquidar os impostos correntes e passivos em uma base líquida.

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados a itens registrados em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente.

Notas Explicativas**6.20. Lucro por ação**

O lucro básico por ação foi calculado com base no número médio ponderado de ações ordinárias em circulação da Companhia em cada um dos exercícios apresentados. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o lucro básico por ação, motivo pelo qual o lucro básico por ação é igual ao lucro por ação diluído.

6.21. Arrendamentos

O Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento no início do contrato. O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais as controladas sejam a arrendatária, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor. Para esses arrendamentos, O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento operacional como despesa operacional pelo método linear pelo período do arrendamento, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o padrão de tempo no qual os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, descontados aplicando-se a taxa implícita no arrendamento. Se essa taxa não puder ser prontamente determinada, o Grupo usa sua taxa incremental de captação.

6.22. Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição.

Em cada combinação de negócios, o adquirente deve mensurar qualquer participação de não controladores na adquirida pelo valor justo dessa participação ou pela parte que lhes cabe no valor justo dos ativos identificáveis líquidos da adquirida.

O Grupo avalia os ativos e os passivos financeiros assumidos para sua correta classificação e designação, em conformidade com os termos do contrato, circunstâncias econômicas e condições pertinentes na data de aquisição.

Se a combinação de negócios for realizada em etapas, o valor contábil na data de aquisição da participação anteriormente detida pela adquirente na adquirida é remensurado na data da aquisição a valor justo por meio do resultado.

A administração contratou especialistas externos para mensuração do valor justo dos ativos identificáveis adquiridos, dos passivos e dos passivos contingentes assumidos e para determinação do purchase pricing allocation (PPA). As premissas para a determinação do PPA se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data de aquisição.

6.23. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas apresentadas

Na aplicação das políticas contábeis a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

Notas Explicativas

Eletroriver S.A.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas efetuadas pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e de suas controladas que mais afetam os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

- (i) Redução ao valor recuperável dos ativos: a Administração julgou não haver evidências, internas e externas, que justificassem o registro de provisão para redução ao valor recuperável sobre o ativo imobilizado e ativo intangível.
- (ii) Vida útil e valor residual dos bens do imobilizado: a Companhia e suas controladas determinam a vida útil e o valor residual com base no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico ("MCPSE") conforme resolução normativa 674/2015 da ANEEL, sendo que as taxas de depreciação e amortização atualmente utilizadas são consideradas apropriadas, uma vez que, conforme avaliação jurídica da legislação, ao final do prazo de autorização de 30 anos, caso não seja renovado, o valor residual dos bens deverá ser indenizado ao Grupo.
- (iii) Provisões para compromissos futuros: as provisões para compromissos futuros são reconhecidas, principalmente, com base em custos estimados de desapropriação e reflorestamento de áreas próximas às instalações das usinas geradoras de energia elétrica. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como decisões de tribunais, e exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos.
- (iv) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos: são reconhecidos em contrapartida aos efeitos negativos do ajuste de realocação de energia - MRE, registrados nas controladas indiretas.

Em 31 de dezembro de 2021, não havia, na Controladora e em suas controlada direta - Brasil PCH, saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as diferenças temporárias visto que não há histórico de lucro tributável, tampouco evidências positivas de lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

- (v) Receita diferida: reconhecida em contrapartida aos ajustes de realocação de energia, cujo impacto financeiro ocorre no ano seguinte em 12 parcelas, conforme mencionado nas notas explicativas nº 1.1 acima. A provisão é revisada e ajustada anualmente para levar em conta alterações nos dados disponibilizados pela CCEE para a Eletrobras.
- (vi) Avaliação dos instrumentos financeiros: a nota explicativa nº 28 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo dos instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas. A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.
- (vii) Provisão para contrato oneroso: os contratos onerosos são reconhecidos quando os custos do contrato excedem os benefícios econômicos destes contratos. A nota explicativa nº 21 oferece informações detalhadas sobre as premissas utilizadas para determinação do valor dos contratos onerosos.

Notas Explicativas

(viii) Mensurações do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos em combinação de negócios: O Grupo mensurou os ativos adquiridos e passivos assumidos em função de combinação de negócios, os quais estão divulgados na nota explicativa nº 12.

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Bancos	2.009	9	5	4.229	10	6
Aplicações em Certificados de Depósitos Bancários	120.133	198	8.197	234.753	217	9.271
	<u>122.142</u>	<u>207</u>	<u>8.202</u>	<u>238.982</u>	<u>227</u>	<u>9.277</u>

As aplicações financeiras de liquidez imediata em Certificado de Depósito Bancário - CDB - junto ao Banco Itaú Unibanco e possuem risco insignificante de mudança de valor justo. São remuneradas por taxas de mercado de 99% a 100,5 % (em 2020, 102,92% e em 2019, 102,02%) do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS (CONSOLIDADO)

	31/12/2021
Fundos de investimento em renda fixa	33.007
	<u>33.007</u>

Referem-se a aplicações financeiras de liquidez imediata em fundos abertos de renda fixa, junto ao Banco do Brasil e são remuneradas a taxas de mercado a 103,69% do CDI. Referidas aplicações financeiras não atendem todos os requisitos para classificação como equivalentes de caixa.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES (CONSOLIDADO)

Refere-se ao valor da venda da energia gerada pelas 13 PCH's controladas indiretas, líquido dos respectivos impostos retidos na fonte no montante de R\$103.352 em 31 de dezembro de 2021. O Grupo registra o valor a receber referente à energia contratada pelo PROINFA.

De acordo com o contrato celebrado com a ELETROBRAS os pagamentos são realizados em 3 parcelas iguais e consecutivas nos dias 20 e 30 do mês subsequente ao faturamento e no dia 10 do segundo mês subsequente ao faturamento.

A partir de julho de 2020, com o início do pagamento do prêmio de risco hidrológico, a Eletrobrás passou a descontar do pagamento da primeira parcela da fatura do mês correspondente, e não como ajuste financeiro no faturamento conforme previsto no contrato PROINFA, no âmbito do MRE, permanecendo em 31 de dezembro de 2021, na rubrica contas a receber o valor R\$30.420, até que a controvérsia seja dirimida com a Eletrobrás (vide NE 1.2).

O Grupo não constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa, com base tanto nas características do PROINFA quanto em sua experiência histórica de realização de 100% das contas a receber passadas, valendo destacar a neutralidade garantida à ELETROBRAS como administradora do programa.

Notas Explicativas

Eletroriver S.A.

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS (CONSOLIDADO)

	<u>31/12/2021</u>
Tributários (a)	3.145
Desapropriações e servidões (b)	11.319
Trabalhistas (c)	<u>228</u>
	<u>14.692</u>

- a) Refere-se a processo envolvendo PIS e COFINS sobre receitas financeiras referente ao restabelecimento das alíquotas pelo Decreto 8.426/15 na Brasil PCH e IR/CSLL sobre indenização de bens do sinistro da PCH São Joaquim Energia S.A (controlada indireta).
- b) Algumas controladas indiretas da Companhia são autoras de processos judiciais, nos quais reivindicam a posse definitiva de terrenos por desapropriação ou direito permanente de uso por servidão. Estes terrenos estão sendo utilizados nas instalações das PCHs e das linhas de transmissão de interesse restrito.

Quando a posse definitiva ou o direito de uso desses terrenos for legalmente transferida para as controladas da Companhia, o valor dos respectivos depósitos, quando levantados, será atribuído aos terrenos adquiridos que serão contabilizados como ativo imobilizado dessas controladas.

- c) Algumas controladas indiretas da Companhia são responsáveis e corresponsáveis de processos judiciais, nos quais estão em discussão os pagamentos de verbas trabalhistas da empresa e de empresas terceiras, respectivamente.

11. DIVIDENDOS A RECEBER

Refere-se a constituição de dividendos a receber de suas controladas BSB Energética S.A. e Brasil PCH S.A., conforme movimentação abaixo:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	6.173	8.820
Constituição de dividendos	97.527	74.163
Dividendos recebidos	<u>(103.700)</u>	<u>(82.983)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	-
Constituição de dividendos	124.953	127.132
Dividendos recebidos	<u>(124.953)</u>	<u>(127.132)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	-
Constituição de dividendos	135.258	68.564
Dividendos recebidos	<u>(135.258)</u>	<u>(68.564)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>-</u>	<u>-</u>

Notas Explicativas**12. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS****a) Informação sobre as controladas diretas**

Controladas diretas	Data-base	Ações ordinárias possuídas	Participação no capital integralizado %	Ativo Total	Passivo Total	Patrimônio Líquido	Lucro líquido do exercício
Brasil PCH S.A.	31/12/2021	65.931.482	70,0%	1.244.447	953.609	290.838	293.162
BSB Energética S.A.	31/12/2021	1.781.165	91,0%	404.763	378.120	26.643	41.132
Brasil PCH S.A.	31/12/2020	32.306.426	34,3%	1.171.108	1.003.110	167.998	258.020
BSB Energética S.A.	31/12/2020	1.781.165	91,0%	24.846	16.109	8.737	37.895
Brasil PCH S.A.	31/12/2019	32.306.426	34,3%	1.268.355	1.098.940	169.415	200.297
BSB Energética S.A.	31/12/2019	1.781.165	91,0%	26.107	16.108	9.999	29.856

b) Aquisição da Brasil PCH S.A.

Em 15 de setembro de 2021 foi firmado o Contrato de Compra e Venda e Outras Avenças, entre a Companhia e a controlada BSB Energética S.A. ("BSB"), em conjunto denominadas Compradoras, e a Chipley e a Renova, em conjunto denominadas Vendedoras. A operação incluía condições suspensivas, que vinculava o fechamento da transação, incluindo aprovação da autoridade brasileira, Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE"), em 28 de outubro de 2021. Essas condições precedentes foram cumpridas, tendo sido concluída a operação em 1º de dezembro de 2021. Com a conclusão dessa transação, a Companhia adquiriu participação adicional direta de 35,7% na Brasil PCH e a sua controlada BSB adquiriu participação adicional de 15,3% na investida. Desta forma, a sua controlada BSB passou a deter 30% de participação direta na Brasil PCH mantendo influência significativa e a Companhia passou a deter controle na Brasil PCH através de 70% de participação direta e 27,3% de participação indireta, através da BSB, totalizando 97,3%, nesta controlada.

O valor total da aquisição da referida operação foi de R\$1.069.438, sendo o valor R\$748.607 referente à Companhia e R\$320.831 referente à sua controlada BSB. Este valor foi pago através de caixa, exceto pelo montante de R\$60.000, que ainda não foi liquidado e que constitui valor retido pelos Compradores (em função de garantia das obrigações de indenizar da vendedora e de eventuais ajustes de preço decorrentes, principalmente, de distribuição de dividendos, juros sobre capital próprio e redução de capital - pagamento do *leakage*) a ser pago aos Vendedores em 30 de maio de 2022 atualizado monetariamente pelo CDI (R\$42.000 retido pela Companhia e R\$18.000 retido pela BSB). Em 31 de dezembro de 2021 o valor atualizado atingiu o montante de R\$ 42.308 e o da sua controlada BSB atingiu R\$ 18.132, totalizando R\$ 60.440, montantes estes registrados na rubrica "Contas a pagar por aquisição de investimentos" no passivo circulante.

A Companhia procedeu com a elaboração do laudo de alocação dos valores justos, com base nos conceitos estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico - CPC - 46 - Mensuração do Valor Justo (equivalente a norma internacional IFRS 13). Os ativos intangíveis foram avaliados utilizando-se do Método de Lucros Excedentes por Vários Períodos (MPEEM), e os ativos imobilizados foram avaliados utilizando o método de Custo de Reposição.

Notas Explicativas

Eletroriver S.A.

O valor justo total da Brasil PCH pode ser demonstrado como segue:

Em 1º de dezembro de 2021	Valores de custo	Mais valia	Valor justo
<u>ATIVOS</u>	1.284.467	1.813.306	3.097.773
Caixa e equivalentes de caixa	129.934	-	129.934
Aplicações financeiras	12.615	-	12.615
Contas a receber	101.563	-	101.563
Impostos a recuperar	10.724	-	10.724
Outros ativos circulantes	5.653	-	5.653
Impostos diferidos	343	-	343
Depósitos judiciais	14.636	-	14.636
Outros ativos não circulantes	286	-	286
Imobilizado	995.073	369.025	1.364.098
Intangível	13.640	1.444.281	1.457.921
<u>PASSIVO</u>	(945.099)	(653.312)	(1.598.411)
Contas pagar	(4.702)	-	(4.702)
Salários	(4.043)	-	(4.043)
Impostos a recolher	(6.614)	-	(6.614)
Imposto diferido mais valia	-	(597.573)	(597.573)
Outros passivos	(30.701)	-	(30.701)
Receita diferida	(4.999)	-	(4.999)
Debêntures e instrumento financeiro derivativo	(852.041)	(55.739)	(907.780)
Obrigações futuras	(39.626)	-	(39.626)
Provisões	(2.373)	-	(2.373)
Ativos líquidos	339.368	1.159.994	1.499.362

Adicionalmente, a Companhia apurou um ágio oriundo do reconhecimento do passivo fiscal diferido de R\$ 597.573 como demonstrado abaixo. Destaca-se que o ágio apurado não é dedutível para fins fiscais.

	<u>Consolidado</u>
Valor justo da contraprestação transferida e a transferir - 51%	1.069.438
Valor justo da participação anteriormente detida - 49%	1.027.497
	2.096.935
Valor justo dos ativos líquidos assumidos	(1.499.362)
Ágio identificado	597.573

Notas Explicativas

	Eletroriver	BSB	Consolidado	Alocações	
				Total Controladora	Minoritários
Participação detida anteriormente	34,3%	14,7%	49%	47,7%	1,3%
Valor contábil da participação detida anteriormente	116.403	49.887	166.290	161.879	4.412
Ganho na remensuração do investimento (*)	602.845	258.363	861.208	838.359	22.849
Valor justo da participação direta detida anteriormente	719.248	308.249	1.027.497	1.000.238	27.261
Participação adicional adquirida	35,7%	15,30%		49,6%	1,4%
Valor da contraprestação transferida pela participação adicional	748.607	320.831	1.069.438	1.040.563	28.875
Participação detida após aquisição	70%	30%	100%	97,3%	2,7%
Investimento na data da aquisição	1.049.553	449.809	1.499.362	1.458.879	40.483
Ágio reconhecido na data da aquisição	597.573	-	597.573	581.439	16.134
Saldo total de investimentos na data da aquisição	1.647.126	449.809	2.096.935	2.040.318	56.617

(*) Não inclui os efeitos de reciclagem do Ajuste de Avaliação Patrimonial no montante de R\$7,4 milhões, conforme mencionado na nota explicativa nº 22.

A alocação dos valores justos da Brasil PCH, identificou, uma mais valia no valor de R\$1.159.994, sendo R\$369.025 referente a mais valia de ativos imobilizados, R\$1.444.281 referente a mais valia de ativos intangíveis de contratos firmados, R\$ 55.739 referente a ajuste do valor justo de debêntures e o efeito do reconhecimento do imposto diferido passivo de R\$597.573 sobre a mais valia líquida. A constituição de impostos diferidos foi baseada no julgamento da Administração que no momento não tem expectativa de incorporação deste investimento. Esta mais valia será amortizada com base na vida útil remanescente dos ativos, que corresponde, na data da aquisição, a uma vida útil remanescente média de aproximadamente 25 anos para os itens de ativo imobilizado e 47 anos para o ativo intangível. Considerando o preço pago, após alocação das mais valias acima indicadas, foi identificado um excedente no valor de R\$ 597.573 reconhecido como ágio, oriundo do reconhecimento do passivo fiscal diferido.

A estimativa de vida útil da amortização do ativo intangível leva em consideração a média do período remanescente das autorizações da ANEEL para as usinas que compõem a Brasil PCH S.A., acrescidas do período de renovação de 30 anos, definido pela Lei 13.360/2016 e regulamentado pelo Decreto 9.158/2017.

A Companhia determinou a mensuração da participação de não controladores com base no valor justo. As mensurações do valor justo foram baseadas em fluxo de caixa descontado, estimado com base em informações que não são observáveis e, portanto, representam uma mensuração do valor justo categorizada no Nível 3 da hierarquia do valor justo. As principais premissas foram:

- (a) Taxa de desconto, em termos nominais, de 11,92% para o Grupo;
 - (b) Informações das PCHs do Grupo, como: (i) prazo de autorização das PCHs, conforme divulgado na NE 1, além da renova da autorização por prazo de mais 30 anos, (ii) garantia física atual das PCHs e (iii) preço de venda em acordo com contrato firmado entre as PCHs e a Eletrobras;
 - (c) Demais gastos que são estimados para as operações das PCHs e das holdings Brasil PCH e PCHPAR Participações, em linha com as informações históricas e estimativas atuais da Companhia.
- c) Informações das controladas indiretas

Notas Explicativas

Eletroriver S.A.

Os principais saldos patrimoniais das controladas indiretas, nos exercícios de 2021, 2020 e 2019, os quais a Eletroriver não detinha controle, são apresentados como segue:

31/12/2021					
	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Patrimônio líquido
Bonfante	9.162	71.714	10.876	2.245	67.754
Calheiros	7.724	58.095	7.625	763	57.431
Caparaó	1.917	19.277	1.704	405	19.085
Carangola	6.870	43.370	7.796	922	41.523
Funil	9.694	61.972	8.219	1.832	61.615
Irara	12.277	94.378	10.182	6.233	90.240
Jataí	13.643	91.603	13.774	2.282	89.190
Monte Serrat	12.368	101.712	6.639	3.156	104.285
Retiro Velho	8.997	89.443	8.998	2.218	87.224
Santa Fé	17.701	144.492	22.667	13.784	125.742
São Joaquim	9.190	64.382	9.621	1.706	62.245
São Pedro	15.308	98.826	6.667	963	106.503
São Simão	10.567	80.842	9.514	85	81.810
Total	135.418	1.020.106	124.282	36.594	994.647

31/12/2020					
	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Patrimônio líquido
Bonfante	6.840	74.312	10.072	2.626	68.454
Calheiros	4.980	59.891	11.971	1.082	51.818
Caparaó	1.339	20.269	1.551	921	19.136
Carangola	4.320	45.235	12.168	1.308	36.079
Funil	5.764	63.371	6.024	1.193	61.918
Irara	7.534	98.304	16.733	7.183	81.922
Jataí	8.472	93.362	19.061	2.059	80.714
Monte Serrat	7.610	104.877	10.928	3.980	97.579
Retiro Velho	5.607	89.289	9.792	940	84.164
Santa Fé	21.167	124.008	24.089	15.692	105.394
São Joaquim	9.922	63.862	17.442	1.515	54.827
São Pedro	7.823	104.997	6.298	2.460	104.062
São Simão	6.429	83.112	16.108	379	73.054
Total	97.807	1.024.889	162.237	41.338	919.121

Notas Explicativas

	31/12/2019				
	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Patrimônio líquido
Bonfante	4.975	77.425	28.236	2.420	51.744
Calheiros	3.919	61.956	18.763	1.267	45.845
Caparaó	1.007	20.654	4.644	798	16.219
Carangola	3.495	46.781	16.825	1.360	32.091
Funil	4.444	66.343	24.322	296	46.169
Irara	7.265	101.703	28.238	8.212	72.518
Jataí	8.020	94.433	31.845	96	70.512
Monte Serrat	7.119	108.826	28.398	4.476	83.071
Retiro Velho	5.135	91.899	23.670	957	72.407
Santa Fé	9.890	124.640	26.653	15.220	92.657
São Joaquim	5.033	60.202	16.120	1.461	47.654
São Pedro	6.842	106.882	28.437	717	84.570
São Simão	5.603	86.676	26.366	969	64.944
Total	<u>72.747</u>	<u>1.048.420</u>	<u>302.517</u>	<u>38.249</u>	<u>780.401</u>

Os principais saldos de resultado das controladas indiretas em 2021, 2020 e 2019 são apresentados como segue:

	31/12/2021				
	Receita líquida	Lucro bruto	Lucro antes do resultado financeiro	Lucro antes dos impostos	Lucro líquido
Bonfante	40.867	30.373	29.111	29.112	27.816
Calheiros	33.833	26.272	25.598	25.606	24.540
Caparaó	7.976	5.458	5.308	5.295	5.059
Carangola	30.019	23.298	21.782	21.774	20.829
Funil	43.553	36.017	35.380	35.394	34.014
Irara	55.208	45.433	44.942	45.000	43.204
Jataí	61.594	50.945	49.654	49.616	47.654
Monte Serrat	55.774	46.214	45.843	45.846	44.059
Retiro Velho	40.064	31.333	31.000	30.985	29.716
Santa fé	80.155	66.625	60.964	61.100	58.461
São Joaquim	41.368	34.290	37.271	37.324	34.633
São Pedro	57.031	47.593	43.660	43.631	41.814
São Simão	47.209	38.314	37.425	37.437	35.939
Total	<u>594.651</u>	<u>482.165</u>	<u>467.938</u>	<u>468.120</u>	<u>447.738</u>

Notas Explicativas

Eletroriver S.A.

	31/12/2020				
	Receita líquida	Lucro Bruto	Lucro antes do resultado financeiro	Lucro antes dos impostos	Lucro líquido
Bonfante	42.938	35.817	34.561	34.578	33.214
Calheiros	26.782	19.731	19.109	19.120	18.276
Caparaó	8.127	5.866	5.765	5.729	5.486
Carangola	23.721	17.893	16.554	16.555	15.811
Funil	44.261	37.253	35.793	35.826	34.419
Irara	43.559	34.182	33.551	33.555	32.142
Jataí	48.554	39.020	37.849	37.906	36.354
Monte Serrat	48.993	39.370	39.078	39.066	37.497
Retiro Velho	36.538	28.683	28.631	28.665	27.507
Santa fé	63.548	52.644	47.951	47.975	45.912
São Joaquim	31.215	24.754	26.528	111	24.741
São Pedro	52.812	44.110	42.679	42.703	41.016
São Simão	37.110	28.238	27.168	26.939	25.762
Total	<u>508.158</u>	<u>407.561</u>	<u>395.217</u>	<u>368.728</u>	<u>378.137</u>

	31/12/2019				
	Receita líquida	Lucro Bruto	Lucro antes do resultado financeiro	Lucro antes dos impostos	Lucro líquido
Bonfante	27.631	19.324	18.995	19.148	18.224
Calheiros	24.607	17.655	17.110	17.191	16.375
Caparaó	5.389	3.177	3.130	3.079	2.917
Carangola	21.789	17.204	15.889	16.070	15.332
Funil	28.623	21.653	20.941	21.135	20.175
Irara	41.016	31.970	31.241	31.437	30.067
Jataí	46.194	36.057	34.928	35.075	33.557
Monte Serrat	39.798	30.751	30.446	30.517	29.203
Retiro Velho	28.900	20.228	19.862	19.901	18.941
Santa fé	59.342	48.966	44.344	44.433	42.447
São Joaquim	30.248	24.327	23.180	23.375	22.363
São Pedro	39.543	29.328	27.687	27.897	26.570
São Simão	33.862	25.713	24.966	25.164	24.033
Total	<u>426.942</u>	<u>326.353</u>	<u>312.719</u>	<u>314.422</u>	<u>300.204</u>

Em função da combinação de negócios e da obtenção de controle da Brasil PCH, os saldos consolidados de receita líquida do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram impactados pelo montante de R\$56.758 e o lucro líquido pelo montante de R\$29.970, os quais referem-se aos resultados da Brasil PCH desde a data da aquisição até 31 de dezembro de 2021.

Adicionalmente, caso a combinação de negócios tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2021, os saldos consolidados da receita e de lucro líquido seriam acrescidos pelos montantes de R\$537.893 e R\$263.192, respectivamente.

Notas Explicativas

d) Movimentação do investimento

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2018	84.208	74.801
Equivalência patrimonial	95.871	98.145
Dividendos propostos	(97.527)	(74.163)
Ajuste de avaliação patrimonial reflexa	(15.344)	(15.770)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	67.208	83.013
Equivalência patrimonial	122.985	126.429
Dividendos propostos	(124.953)	(127.132)
Ajuste de avaliação patrimonial reflexa	334	343
Saldo em 31 de dezembro de 2020	65.574	82.319
Equivalência patrimonial	146.957	128.968
Ganho na remensuração de investimento (*)	838.359	861.208
Dividendos propostos	(135.258)	(68.564)
Realocação de investimento por aquisição de controle	-	(1.027.497)
Ajuste de avaliação patrimonial reflexa (*)	26.912	23.567
Aquisição de investimento	748.607	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.691.151	-

(*) Não inclui os efeitos de reciclagem do Ajuste de Avaliação Patrimonial no montante de R\$7,4 milhões, conforme mencionado na nota explicativa nº 22.

13. SALDO E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC:						
BSB Energética S.A.	14.696	14.690	14.690	-	-	-
CS Energia S.A. e outros sócios (*)	-	(14.613)	(14.613)	(1.428)	(16.030)	(16.030)
	14.696	77	77	(1.428)	(16.030)	(16.030)

(*) Exceto pelo AFAC da BSB que ainda não foi integralizado, em 30 de novembro de 2021, através da Ata de Assembleia Extraordinária foram incorporados os AFACs ao capital social da Companhia (vide nota explicativa 22).

Notas Explicativas

Eletroriver S.A.

Em 1º de outubro de 2018 foi firmado contrato de mútuo entre a Tibagi Energia SPE S.A. (entidade que possui acionistas em comum à Companhia) e a Eletroriver, o qual previa crédito global no montante de R\$180 milhões e que teria vencimento previsto para 19 de outubro de 2023. Em função do mútuo realizado, seria cobrado juros à taxa efetiva de 6% ao ano, acrescido da variação do IPCA. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia havia o montante de R\$38.948 a receber da Tibagi Energia SPE S.A., além de realizado novos mútuos durante o exercício de 2019 no montante de R\$90.854. Estes mútuos geraram o montante de R\$5.087 de juros, o qual foi registrado pela Companhia como receita financeira durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019. A Tibagi Energia SPE S.A. realizou a quitação integral dos mútuos em aberto até 31 de dezembro de 2019, o qual totalizou o recebimento no montante de R\$ 134.889 e não foram realizados novos contratos e/ou novas transferências a título de mútuos nos exercícios de 2020 e de 2021.

As práticas e condições das transações com partes relacionadas acima foram praticadas em condições acordadas com as partes. Todas as transações divulgadas constituem transações de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital recebidos dos acionistas da Eletroriver e da BSB.

Remuneração do Pessoal Chave

No exercício de 2021, a remuneração do pessoal chave, através da Brasil PCH e PCHs, foi de R\$1.240 (R\$1.497 em 31 de dezembro de 2020 e R\$ 1.419 em 31 de dezembro de 2019). Ressalta-se que não há outros benefícios de curto prazo, pós emprego ou benefícios de longo prazo.

14. IMOBILIZADO (CONSOLIDADO)**(a) Composição do imobilizado**

	Taxa de Depreciação	31/12/2021		
		Custo	Depreciação Acumulada	Imobilizado Líquido
Mais valia - ativo fixo	4%	369.025	(1.210)	367.815
Terrenos	-	43.696	-	43.696
Direitos sobre arrendamento	37,8%	173	-	173
Turbina hidráulica	2,50%	175.143	(53.607)	121.536
Conduto forçado	3,13%	48.650	(19.421)	29.229
Gerador	3,33%	116.244	(47.854)	68.390
Comporta	3,33%	36.734	(14.983)	21.751
Subestação unitária	3,57%	75.134	(35.500)	39.634
Estrutura de tensão	3,57%	28.525	(12.307)	16.218
Casa de força produção hidráulica	2,00%	444.366	(114.983)	329.383
Reservatório, barragem, adutora	2,00%	344.834	(80.201)	264.633
Adiantamento a fornecedores	-	-	-	-
Outras máquinas e equipamentos	3,65%	94.840	(37.686)	57.154
Imobilizado em Curso	-	894	-	894
		<u>1.778.258</u>	<u>(417.752)</u>	<u>1.360.506</u>

Notas Explicativas**(b) Movimentação do imobilizado**

	<u>31/12/2020</u>	<u>Combinação de negócios</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências (*)</u>	<u>31/12/2021</u>
Custo:						
Mais valia - ativo fixo	-	369.025	-	-	-	369.025
Terrenos	-	42.879	817	-	-	43.696
Direitos sobre arrendamento	-	211	-	(38)	-	173
Turbina hidráulica	-	175.136	7	-	-	175.143
Conduto forçado	-	48.650	-	-	-	48.650
Gerador	-	116.118	126	-	-	116.244
Comporta	-	36.734	-	-	-	36.734
Subestação unitária	-	75.134	-	-	-	75.134
Estrutura de tensão	-	28.525	-	-	-	28.525
Casa de força produção hidráulica	-	444.255	111	-	-	444.366
Reservatório, barragem, adutora	-	345.714	356	(1.236)	-	344.834
Outras máquinas e equipamentos	-	94.774	66	-	-	94.840
Imobilizado em curso	-	984	18	-	(108)	894
	<u>-</u>	<u>1.778.139</u>	<u>1.501</u>	<u>(1.274)</u>	<u>(108)</u>	<u>1.778.258</u>
(-) Depreciação:						
Mais valia - ativo fixo	-	-	(1.210)	-	-	(1.210)
Turbina hidráulica	-	(53.242)	(365)	-	-	(53.607)
Conduto forçado	-	(19.294)	(127)	-	-	(19.421)
Gerador	-	(47.531)	(323)	-	-	(47.854)
Comporta	-	(14.882)	(101)	-	-	(14.983)
Subestação unitária	-	(35.276)	(224)	-	-	(35.500)
Estrutura de tensão	-	(12.217)	(90)	-	-	(12.307)
Casa de força produção hidráulica	-	(114.242)	(741)	-	-	(114.983)
Reservatório, barragem, adutora	-	(79.960)	(536)	295	-	(80.201)
Outras máquinas e equipamentos	-	(37.397)	(289)	-	-	(37.686)
	<u>-</u>	<u>(414.041)</u>	<u>(4.006)</u>	<u>295</u>	<u>-</u>	<u>(417.752)</u>
Imobilizado Líquido	<u>11</u>	<u>1.364.098</u>	<u>(2.505)</u>	<u>(979)</u>	<u>(108)</u>	<u>1.360.506</u>

(*) Transferências entre contas de ativo imobilizado e ativo intangível.

15. INTANGÍVEL (CONSOLIDADO)**(a) Composição do intangível**

	<u>Taxa de Amortização</u>	<u>31/12/2021</u>
Mais valia - ativo intangível	2,13%	1.441.749
Ágio	-	597.572
Servidões	-	2.911
Software	20%	1.847
Medidas compensatórias	10 a 25%	7.270
Indenização de terras	-	1.753
Legalização de terras	-	1.524
		<u>2.054.627</u>

Notas Explicativas

Eletroriver S.A.

(b) Movimentação do intangível

	31/12/2020	Combinação de negócios	Adições	Baixas	Transferências (*)	31/12/2021
Custo:						
Mais valia - ativo intangível	-	1.444.281	-	-	-	1.444.281
Ágio	-	597.572	-	-	-	597.572
Servidões	-	2.911	-	-	-	2.911
Software	-	3.153	343	-	108	3.604
Medidas compensatórias	-	23.202	1.039	-	-	24.241
Indenização de terras	-	1.743	10	-	-	1.753
Legalização de terras	-	1.524	-	-	-	1.524
	-	2.074.386	1.392	-	108	2.075.886
(-) Amortização:						
Mais valia - ativo intangível	-	-	(2.532)	-	-	(2.532)
Software	-	(1.717)	(40)	-	-	(1.757)
Medidas compensatórias	-	(17.175)	-	204	-	(16.971)
	-	(18.892)	(2.572)	204	-	(21.260)
Intangível líquido	-	2.055.494	(1.180)	204	108	2.054.626

(*) Transferências entre contas de ativo imobilizado e ativo intangível.

16. DEBÊNTURES

Composição das debêntures

		Quantidade	Valor Nominal	31/12/2021	
				Controladora	Consolidado
Debêntures - Série Única - Eletroriver S.A. (IPCA + 7,04%)	(a)	805.000	1	818.651	818.651
Debêntures - Série Única - BSB Energética S.A. (IPCA + 7,04%)	(a)	345.000	1	-	350.851
Debêntures - 1º Série - Brasil PCH S.A. (CDI+2,39%)	(b)	450.000	1	-	355.815
Debêntures - 2º Série - Brasil PCH S.A. (IPCA+8,2647%)	(b)	450.000	1	-	426.213
(-) Custo com transação com debêntures - Eletroriver S.A.	(a)			(20.950)	(20.950)
(-) Custo com transação com debêntures - BSB Energética S.A.	(a)			-	(9.361)
(-) Custo com transação com debêntures - Brasil PCH S.A.	(b)			-	(6.470)
Ajuste a valor justo - debêntures (vide NE 12)					55.738
				797.701	1.970.487
Instrumento financeiro derivativo - "SWAP" - Brasil PCH	(c)			-	81.085
				797.701	2.051.572
Instrumento financeiro derivativo					
Ativo Circulante				-	(1.321)
Passivo circulante				-	609
Passivo não circulante				-	81.797
Debêntures					
Passivo circulante				62.125	257.391
Passivo não circulante				735.576	1.713.096

Notas Explicativas

	31/12/2021				
	Eletroriver	BSB	Brasil PCH		Consolidado
			Debêntures	SWAP	
Saldo em 31/12/2020	-	-	-	-	-
Captação líquida	783.829	335.540	-	-	1.119.369
Custos de transação	221	99	112	-	432
Combinação de negócios	-	-	821.080	86.700	907.780
Encargos provisionados	13.651	5.851	10.104	-	29.606
Variação do valor justo de instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	(5.615)	(5.615)
Saldo em 31/12/2021	<u>797.701</u>	<u>341.490</u>	<u>831.296</u>	<u>81.085</u>	<u>2.051.572</u>

- (a) Em deliberação da Assembleia Geral Extraordinária dos Acionistas da Companhia e sua controlada BSB Energética S.A., realizada em 10 de setembro de 2021, os acionistas aprovaram a emissão da 1ª (primeira) debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, com valor nominal unitário de R\$1.000 (mil reais), na data de emissão, sendo 805.000 (oitocentas e cinco mil) para a Companhia e 345.000 (trezentos e quarenta e cinco mil) para a BSB, perfazendo o montante total de R\$805.000 e de R\$345.000, respectivamente, com a finalidade de financiar (i) a aquisição de parte das ações emitidas pela Brasil PCH, vide nota explicativa 1; (ii) despesas e custos relacionados à estruturação, distribuição, garantia firme das debêntures, incluindo, mas não se limitando, todos os custos com prestadores de serviços no âmbito da emissão e custos e despesas para constituição da alienação fiduciária; (iii) despesas relacionadas a atendimento de obrigações necessária para o registro em Categoria B (conforme abaixo definido) pela Companhia e sua controlada BSB ; e (iv) o que sobrar dos itens acima, capital de giro e/ou pagamento de dividendos da Companhia e sua controlada BSB.

Estas debêntures serão pagas semestralmente, juros e principal, nos meses de abril e outubro de cada ano. O primeiro pagamento (principal e juros) em 15/04/2022 e o último pagamento em 15/04/2030, conforme tabela abaixo:

Parcela	Data	% do Valor Nominal Unitário
1ª	15/abr/22	2,64%
2ª	15/out/22	4,80%
3ª	15/abr/23	5,04%
4ª	15/out/23	6,11%
5ª	15/abr/24	6,51%
6ª	15/out/24	7,35%
7ª	15/abr/25	7,94%
8ª	15/out/25	8,95%
9ª	15/abr/26	9,00%
10ª	15/out/26	11,90%
11ª	15/abr/26	13,51%
12ª	15/out/27	27,52%
13ª	15/abr/27	37,98%
14ª	15/out/28	41,98%
15ª	15/abr/29	72,35%
16ª	15/out/29	50,00%
17ª	15/abr/30	100,00%

Notas Explicativas

Eletroriver S.A.

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a cláusulas restritivas ("covenants"), incluindo entre outros, garantias reais, restrições quanto à mudança, transferência ou cessão de controle societário, incorporação, fusão ou cisão sem prévia anuência dos credores. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia e suas controladas estão adimplentes com todas as cláusulas restritivas, as quais são as seguintes:

Garantias

Foram ofertadas pela companhia e sua controlada BSB Energética S.A., em alienação fiduciária, em caráter irrevogável, as ações de sua titularidade emitidas pela controlada Brasil PCH S.A., respectivamente, representativas de 70% (setenta por cento) e de 30% (trinta por cento), do capital social da controlada Brasil PCH S.A., e também, foram ofertadas em alienação fiduciária, em caráter irrevogável, as ações emitidas pela PCHPAR Participações S.A., de propriedade da controlada Brasil PCH S.A., e as ações emitidas pelas SPEs de propriedades da PCHPAR - PCH Participações S.A., bem como quaisquer novas ações que venham a ser subscritas ou de qualquer forma adquiridas pela companhia e suas controladas BSB Energética S.A. e Brasil PCH S.A., incluindo todos os direitos e frutos delas decorrentes.

As debêntures de emissão de sua controlada Brasil PCH S.A. estão garantidas, ainda, por cessão fiduciária de: (i) direitos emergentes das autorizações concedidas às PCHs pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL; (ii) os direitos creditórios que venham a ser devidos às PCHs no âmbito dos Contratos de Compra e Venda de Energia celebrados com a Eletrobrás no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (CCE e PROINFA, respectivamente); (iii) direitos creditórios oriundos dos seguros de Risco Operacional, em nome das SPEs, sendo as apólices de tais seguros alteradas de forma a prever os Debenturistas, devidamente representados pelo Agente Fiduciário, como beneficiários; e (iv) todos e quaisquer direitos, inclusive aplicações financeiras e seus rendimentos, sobre as contas vinculadas a serem cedidas fiduciariamente e descritas no Contrato de Cessão Fiduciária de recebíveis em que serão depositados em acordo com os subitens (i), (ii) e (iii) deste item.

Restrições

Contratação, pela sua controlada Brasil PCH S.A. de novos empréstimos e/ou financiamentos, financeiros e/ou operacionais, fianças bancárias ou emissão de debêntures, partes beneficiárias e/ou qualquer outro valor mobiliário, incluindo operações de derivativo em geral, pela controlada Brasil PCH S.A. e/ou por suas controladas, sem a prévia aprovação de Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, salvo: as operações contraídas exclusivamente no curso normal dos seus negócios, até o limite agregado de R\$30.000 (sendo este valor atualizado mensalmente, desde 15 de outubro de 2018 e desde 30 de novembro de 2021 para a companhia e sua controlada BSB Energética S.A., pelo Índice Geral de Preços do Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas - IGP-M).

Notas Explicativas

Alteração, pela controlada Brasil PCH S.A., do “Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações” que acarretem em alteração: (a) da atualização monetária ou dos juros remuneratórios, (b) das datas de pagamento dos juros remuneratórios ou de quaisquer valores lá devidos, (c) da data de vencimento final das Debêntures Brasil PCH, (d) dos valores, montantes e datas de amortização das Debêntures; (e) da redação de quaisquer das hipóteses de vencimento antecipado; (f) da espécie das debêntures da Escritura de Emissão PCH; (g) redução da garantia prevista na Escritura de Emissão PCH, salvo se em decorrência de operações societárias permitidas nos termos do item “ff” da Cláusula 5.1 da escritura de emissão; (h) criação de evento de repactuação; (i) termos e condições de amortização/resgate antecipado; e (j) dos quóruns de deliberação previstos na Escritura de Emissão Brasil PCH, exceto se houver prévia aprovação de Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, sendo que o waiver temporário de quaisquer dos itens acima junto aos titulares das Debêntures Brasil PCH não será considerada uma alteração da Escritura de Emissão Brasil PCH e/ou do Swap

Redução de capital social (i) da Companhia e suas Controladas (companhia e sua controlada BSB Energética S.A.) que resulte em capital social abaixo do valor mínimo de R\$ 5.000, valor este sujeito à atualização pelo Índice Geral de Preços do Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (“IGP-M”), desde a Data de Emissão até a data da respectiva redução, ou (ii) da controlada Brasil PCH S.A. e/ou de suas controladas independentemente da distribuição de recursos aos seus acionistas diretos ou indiretos, inclusive sob a forma de cancelamento de AFACs, ressalvadas as reduções do capital da Emissora, da controlada Brasil PCH S.A. e/ou de suas controladas, conforme aplicável, que sejam destinadas à absorção de prejuízos acumulados e não resulte em remessa de recursos aos acionistas. Para todos os fins e efeitos, o Debenturista ao subscrever as Debêntures, desde já expressamente aprova toda e qualquer redução de capital que seja realizada dentro dos limites previstos nesta Cláusula, dispensando inclusive a necessidade de realização de Assembleia Geral de Debenturistas prevista no artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações.

Adicionalmente, a Eletroriver é requerida a manter, durante todo período de amortização das debêntures, o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) superior ou equivalente a 1,20 apurados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, para distribuição de dividendos (anual e/ou intercalares - trimestral ou semestral), a ser apurado, inicialmente no exercício de 2022.

- (b) Também, em deliberação geral extraordinária realizada em 1º de outubro de 2018, os acionistas de sua controlada Brasil PCH S.A., aprovaram a emissão da 1ª (primeira) debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, com valor nominal unitário de R\$1.000 (um mil reais), na data de emissão, sendo 450.000 (quatrocentos e cinquenta mil) debêntures da primeira série (Banco Itaú BBA) e 450.000 (quatrocentos e cinquenta mil) debêntures da segunda série (Banco Santander “Brasil” S.A.), perfazendo o montante total de R\$900.000, com a finalidade de quitação antecipada do financiamento junto ao BNDES e Petros. Estas debêntures serão pagas trimestralmente, juros e principal, nos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro de cada ano. Os juros tiveram carência de 4 meses (primeiro pagamento em 15 de fevereiro de 2019 e último pagamento em 15 de novembro de 2026), enquanto o principal terá uma carência de 13 meses (primeiro pagamento em 15 de novembro de 2019 e último pagamento em 15 de novembro de 2026).

A Brasil PCH está sujeita a cláusulas restritivas (“covenants”), incluindo entre outros, garantias reais, restrições quanto à mudança, transferência ou cessão de controle societário, incorporação, fusão ou cisão sem prévia anuência dos credores. As cláusulas restritivas e as garantias são as seguintes:

Notas Explicativas

Eletroriver S.A.

Garantias

Foram ofertadas em alienação fiduciária, em caráter irrevogável, as ações emitidas pela PCHPAR Participações S.A. de propriedade da Brasil PCH e as ações emitidas pelas SPEs de propriedades da PCHPAR - PCH Participações S.A., podendo os debenturistas, no caso de inadimplemento da beneficiária, após a realização de assembleia geral pertinente, após a fixação mínima do preço de venda das ações, alienar toda e qualquer parte das ações empenhadas em seu favor, por meio de venda amigável, utilizando o produto da alienação no pagamento das obrigações financeiras decorrentes da presente operação, devendo deduzir todas as despesas e os tributos eventualmente incidentes e entregar aos acionistas o que eventualmente sobejar.

As debêntures estão garantidas, ainda, por cessão fiduciária de: (i) direitos emergentes das autorizações concedidas às PCHs pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL; (ii) os direitos creditórios que venham a ser devidos às PCHs no âmbito dos Contratos de Compra e Venda de Energia celebrados com a Eletrobrás no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (CCE e PROINFA, respectivamente); (iii) direitos creditórios oriundos dos seguros de Risco Operacional, em nome das SPEs, sendo as apólices de tais seguros alteradas de forma a prever os Debenturistas, devidamente representados pelo Agente Fiduciário, como beneficiários; e (iv) todos e quaisquer direitos, inclusive aplicações financeiras e seus rendimentos, sobre as contas vinculadas a serem cedidas fiduciariamente e descritas no Contrato de Cessão Fiduciária de recebíveis em que serão depositados em acordo com os subitens (i), (ii) e (iii) deste item.

Restrições

A Companhia não pode tomar novas dívidas, salvo aquelas contraídas exclusivamente no curso normal dos negócios, até o limite agregado de R\$30.000, e não poderá realizar reduções de capital. A Companhia não contraiu novas dívidas.

Os recebíveis dos Contratos de Venda de Energia celebrados com a Eletrobrás, cedidos fiduciariamente, serão depositados diretamente no Banco Depositário (BNP PARIBAS) contratado pelo Agente de Contas (TMF Brasil Administração e Gestão de Ativos), o qual receberá orientações diretamente do Agente Fiduciário (Oliveira TRUST Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.) para transferir os recursos financeiros para as contas de livre movimentação da Companhia e de suas controladas.

Adicionalmente, a Brasil PCH é requerida a manter, durante todo período de amortização das debêntures, o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) superior ou equivalente a 1,20 apurados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, para distribuição de dividendos (anual e/ou intercalares - trimestral ou semestral). Em 31 de dezembro de 2021, a Brasil PCH atendeu apresentando um índice de ICSD 3,38 (em 31 de dezembro de 2020 atingiu à 2,43).

(c) Instrumento financeiros derivativo - "SWAP" designado como "hedge" de fluxo de caixa

Para a 1ª Série de debêntures emitida pela controlada Brasil PCH S.A., contratou-se, junto ao Banco Itaú, operação de "Swap" trocando a remuneração da - 1ª Série (CDI+2,39%) e igualando-a à remuneração da 2ª série (IPCA + 8,2647%). Essa transação foi qualificada como "hedge" de fluxo de caixa, sendo os efeitos decorrentes da variação do valor justo do instrumento financeiro derivativo de proteção reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio líquido na rubrica de ajustes de avaliação patrimonial. Em 31 de dezembro de 2021, as informações sobre a marcação a mercado são conforme abaixo demonstrado:

Notas Explicativas

Data de vencimento da operação	Valor inicial	Saldo banco (passivo - curva IPCA)	Saldo cliente (Ativo - curva CDI)	Ganho (perda) - valor da curva	Ganho (perda) na marcação a mercado "Swap" - MTM	Ganho (Perda) de variação de valor justo de swap
16/11/2026	450.000	426.213	355.815	(70.398)	(10.687)	(81.085)

17. PROVISÃO PARA COMPROMISSOS FUTUROS (CONSOLIDADO)

	31/12/2020	Combinação de negócios	Adição	Pagamentos	Atualização Financeira	31/12/2021
Compromissos socioambientais (a)	-	14.752	60	(220)	86	14.678
Provisão p/ medidas compensatórias (b)	-	9.882	1.039	(285)	122	10.758
Provisão p/ legalização de terras (c)	-	1.524	1	-	-	1.525
Provisão p/ indenizações de terras (d)	-	13.468	50	-	-	13.518
Total	-	39.626	1.150	(505)	208	40.479
Passivo circulante	-	1.261				5.905
Passivo não circulante	-	38.365				34.574

- (a) Provisão para compromissos socioambientais - quando da implantação das PCHs, foi enviado para os órgãos ambientais o Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatório Artificial ("PACUERA"), que prevê o reflorestamento de áreas. Para o cumprimento das exigências do PACUERA, o Grupo precisa ainda realizar a aquisição de terras a serem reflorestadas.
- (b) Provisão para medidas compensatórias: todas as PCHs da Brasil PCH possuem as licenças de operação obtidas junto ao respectivo órgão ambiental, sendo que todas estão válidas e em vigor. Para obtenção da licença de operação, é necessária a realização de programas ambientais, tais como, programa de educação ambiental, monitoramento de fauna terrestre, monitoramento de fauna, proteção e manutenção de área de preservação permanente, monitoramento de limnologia e qualidade da água, dentre outros, cujos custos estimados pelo Grupo estão registrados nesta rubrica.
- (c) Provisão para legalização de terras: o Grupo possui contratos particulares de compra e venda de imóveis próprios e de servidão em imóveis de terceiros, cujos registros de propriedade definitiva e de averbação, no Registro Geral Imóveis ainda precisam ser regularizadas.
- (d) Provisão para indenização de terras: para realizar a construção da PCH, foi necessária a aquisição por parte do Grupo de terras e servidões. No entanto, existem casos em que as partes envolvidas não chegaram à uma conciliação e, por isso, entraram em discussão judicial.

18. IMPOSTOS, CONTRIBUIÇÕES E TAXAS A RECOLHER

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Imposto de renda e contribuição social a recolher	71	71	71	3.954	71	71
Tarifa de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição (TUSD)	-	-	-	790	-	-
PIS e COFINS sobre receita financeira	46	10	11	2.335	10	11
Impostos diferidos	-	-	-	583	-	-
Contribuição retida na fonte	255	-	-	255	-	-
Outros tributos a recolher	83	8	8	1.312	8	8
Total	455	89	90	9.229	89	90

Notas Explicativas

Eletroriver S.A.

19. RECEITA DIFERIDA (CONSOLIDADO)**(a) Composição da receita diferida**

	<u>31/12/21</u>
Exposição ao MRE (a)	<u>4.367</u>
Total	<u><u>4.367</u></u>

(b) Movimentação da receita diferida

	<u>31/12/2020</u>	<u>Combinação de negócios</u>	<u>Constituição</u>	<u>Transferência</u>	<u>Realização</u>	<u>31/12/2021</u>
Exposição ao MRE (a)	-	4.999	(572)	179	(239)	4.367
	-	4.999	(572)	179	(239)	4.367

(a) Exposição ao MRE -2021: Todas as PCHs do Grupo fizeram opção por participar do MRE, tendo, portanto, compartilhado o risco hidrológico com as demais usinas participantes desse mecanismo. Não obstante, por força de serem todas inscritas e contratadas no âmbito do PROINFA, as contabilizações do MRE são realizadas mensalmente pela CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e repassadas à ELETROBRAS, que, por sua vez, calcula os ajustes a serem somados ou subtraídos do faturamento das PCHs no ano subsequente, em 12 parcelas, conforme definições contratuais.

20. PROVISÃO PARA RISCOS (CONSOLIDADO)

As controlada direta Brasil PCH e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, as quais envolvem questões tributárias, cíveis, trabalhistas e regulatórias.

Em 31 de dezembro de 2021 o saldo da provisão consolidada para riscos trabalhistas, tributários, regulatórios e cíveis era de R\$2.581 conforme movimentação a seguir:

	<u>31/12/2020</u>	<u>Combinação de negócios</u>	<u>Constituição</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/12/2021</u>
Trabalhista	-	105	120	(61)	164
Regulatório (*)	-	1.406	58	(71)	1.393
Tributário (*)	-	773	143	-	916
Cíveis	-	89	58	(39)	108
Total	-	2.373	379	(171)	2.581

(*) Referem-se, em sua maior, a honorários de êxito registrados pela Administração do Grupo relacionados com discussões judiciais regulatórias e tributárias.

As controlada direta Brasil PCH e suas controladas possuem outros riscos relativos a questões trabalhistas, cíveis, tributários e ambientais, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

Notas Explicativas

	<u>31/12/2021</u>
Trabalhistas (a)	694
Cíveis (b)	2.741
Ambientais (c)	1.019
Tributário (d)	<u>1.224</u>
	<u>5.678</u>

- (a) As ações trabalhistas, substancialmente, à discussão de responsabilidade subsidiária ao pagamento de verbas trabalhistas aos empregados de empresa terceira (terceirização de mão-de-obra). Destaca-se, ainda, no âmbito trabalhista, por ser relevante o pedido apresentado, uma ação de indenização em que se discute repercussões decorrentes de acidente do trabalho.
- (b) Existe ação de indenização, no valor de R\$2.618, em que se discute o pagamento de indenizações por uso de área e reparação de danos a pescadores. As demais ações do Grupo estão relacionadas ao pagamento de valores decorrentes de contratos celebrados com fornecedores de serviços e produtos.
- (c) São ações ambientais, cujo réus são as controladas da Companhia, e discutem principalmente, irregularidades ambientais pelo não atendimento a determinada condicionante da Licença de Operação e indenização por prejuízo com "Lavra de Areia".
- (d) Refere-se à ação declaratória de discussão sobre o diferencial de alíquota de ICMS na aquisição de bens, ação anulatória sobre restituição de ICMS indevidamente recolhido sobre Tarifa Uso Sistema - TUSD.

21. PROVISÃO PARA CONTRATO ONEROSO (CONSOLIDADO)

Em 4 de dezembro de 2014, a Brasil PCH e o BTG Pactual firmaram Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica Convencional de 15 MW médios mensais durante o período de janeiro de 2015 a dezembro de 2021. Entretanto, no decorrer de sua vigência o contrato passou a ser oneroso, uma vez que os preços de compra da energia contratada passaram a ser maiores do que os preços de venda que o Grupo teria expectativa de obter no mercado. Em 2020, como forma de fixar as suas perdas nesta operação, o Grupo optou por negociar a venda da totalidade da energia contratada (15 MWs médios), com terceiros, e em valor unitário inferior àquele pelo qual a energia foi adquirida. O valor do passivo reconhecido na data é suficiente para fazer frente às perdas que serão incorridas até o final do contrato oneroso.

Apresentamos abaixo a movimentação ocorrida para o exercício de 2021:

	<u>31/12/2020</u>	<u>Combinação de negócios</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>31/12/2021</u>
Contrato compra de energia	<u>-</u>	<u>3.932</u>	<u>(1.934)</u>	<u>1.998</u>
Passivo circulante	-	3.932		1.998

Notas Explicativas

Eletroriver S.A.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**22.1. Capital Social**

Em 30 de novembro de 2021, através da Ata de Assembleia Geral Extraordinária, houve aumento de capital através de AFACs e saldos a receber dos acionistas, com a emissão de 13.078.878 (treze milhões e setenta e oito mil e oitocentos e setenta e oito) sendo 6.539.439 (seis milhões e quinhentos e trinta e nove mil e quatrocentos e trinta e nove) novas ações ordinárias e 6.539.439 (seis milhões e quinhentos e trinta e nove mil e quatrocentos e trinta e nove) novas ações preferenciais, totalizando 61.659.882 ações (em 2020 48.581.004 ações). Dessa forma o capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021 passa a ser de R\$ 66.071 (em 2020, R\$ 48.581).

31/12/2021			
Acionistas	Ações Subscritas	%	Valor integralizado
CS Energia S.A.	40.674.557	65,9660%	43.584.651
Paulo Celso Guerra Lage	10.358.861	16,8000%	11.099.994
Jose Guilherme A. Nascimento	2.219.756	3,6000%	2.378.570
Marcio Barata Diniz	2.219.756	3,6000%	2.378.570
Miguel Ethel Sobrinho	2.022.444	3,2800%	2.167.141
Walter Luis Teixeira	2.022.444	3,2800%	2.167.141
Adalberto de Menezes Pedroso	1.071.032	1,7370%	1.147.660
Maria Cristina S. C. Barbosa	1.071.032	1,7370%	1.147.660
Total	61.659.882	100%	66.071.387

31/12/2020 e 31/12/2019			
Acionistas	Ações Subscritas	%	Valor integralizado
CS Energia S.A.	32.046.945	65,9660%	32.046.945
Paulo Celso Guerra Lage	8.161.609	16,8000%	8.161.609
Jose Guilherme A. Nascimento	1.748.916	3,6000%	1.748.916
Marcio Barata Diniz	1.748.916	3,6000%	1.748.916
Miguel Ethel Sobrinho	1.593.457	3,2800%	1.593.457
Walter Luis Teixeira	1.593.457	3,2800%	1.593.457
Adalberto de Menezes Pedroso	843.852	1,7370%	843.852
Maria Cristina S. C. Barbosa	843.852	1,7370%	843.852
Total	48.581.004	100%	48.581.004

22.2. Reserva Legal

É constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital.

Notas Explicativas**22.3. Reserva de lucros**

A reserva representa o lucro líquido não distribuído após constituição da reserva legal, cálculo dos dividendos obrigatórios e adicionais, conforme previsto art. 202 § 5 Lei 6.404, e deverá ser paga como dividendo assim que permitir a situação financeira da Companhia. Conforme estatuto estes valores aguardam deliberação em Assembleia para sua destinação.

22.4. Reserva de Lucros a Realizar

Conforme artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações e deliberação em Assembleia dos órgãos da Administração, foi constituída uma reserva de lucros a realizar, uma vez que o montante do saldo a disposição dos acionistas, após a destinação dos dividendos mínimos obrigatórios, corresponde uma parcela do lucro líquido em função do resultado da remensuração na aquisição de investimento conforme nota explicativa nº 12.

22.5. Dividendos a pagar

Estatuto Social da Companhia estabelece que após a constituição da reserva legal, o saldo total remanescente do lucro do exercício, se existente, deve ser atribuído ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório, 25% (vinte e cinco por cento).

Destinação do resultado	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Lucro líquido do exercício	962.884	122.804	98.075
Reserva Legal (5% até o limite de 20% do capital social) (*)	(3.498)	-	-
Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	959.386	122.804	98.075
Dividendos mínimos obrigatórios (25%) (i)	239.847	30.701	24.519
Dividendos mínimos obrigatórios distribuídos (i)	58.042	30.701	24.519
Dividendos adicionais a distribuir (i)	110.579	92.103	73.556
Reserva de lucros a realizar	790.765	-	-

- (i) Em 30 de novembro de 2021 foram aprovados em Assembleia Geral extraordinária (AGE) pagamentos de dividendos intermediários distribuídos para os períodos de seis meses findo em 30 de junho de 2021 no valor de R\$ 58.041.

Adicionalmente, a Companhia constituiu “reserva de lucros a realizar”, que contempla os impactos do ganho na remensuração na aquisição do investimento (vide nota explicativa nº 12), no valor de R\$790.765, em função de que este lucro se trata de “lucro, rendimento ou ganho líquidos em operações ou contabilização de ativo e passivo pelo valor de mercado, cujo prazo de realização financeira ocorra após o término do exercício social seguinte”, conforme Inciso II do parágrafo primeiro do Art. 197 da Lei 6.404/76.

A alocação na reserva de lucros a realizar ocorre para refletir o fato de que a realização financeira do lucro destas operações ocorrerá apenas em exercícios futuros, a qual ocorrerá a partir de lucros financeiros futuros da referida operação e/ou venda do investimento. Nesse sentido, conforme preceitua o Art. 202, Inciso III, a cada ano, a parcela realizada dessa reserva, caso não seja absorvida por prejuízos posteriores, deverá ser destinada para a conta de lucro do exercício, a ser utilizada no cálculo para a determinação do dividendo a ser distribuído.

- (*) Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 não houve constituição de reserva legal, visto que a Companhia já havia atingido limite legal de 20% do capital social.

Notas Explicativas

Eletroriver S.A.

Abaixo apresentamos a movimentação dos dividendos nos exercícios:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	-
Dividendos adicionais aprovados e dividendos obrigatórios	213.416	217.928
Dividendos pagos	<u>(213.416)</u>	<u>(217.928)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	-
Dividendos adicionais aprovados e dividendos obrigatórios	133.115	136.649
Dividendos pagos	<u>(133.115)</u>	<u>(136.649)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	-
Dividendos adicionais aprovados e dividendos obrigatórios	206.726	209.584
Dividendos pagos	<u>(96.147)</u>	<u>(99.005)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>110.579</u>	<u>110.579</u>

22.6. Ajuste de avaliação patrimonial reflexa

O ajuste de avaliação patrimonial é representado pelos ganhos ou perdas acumuladas reflexas dos instrumentos de "hedge" de fluxo de caixa considerados efetivos da controlada Brasil PCH S.A. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia reconheceu os seguintes movimentos no ajuste de avaliação patrimonial:

	<u>31/12/2021</u>
Saldo em 31/12/2020	<u>(30.354)</u>
Ganho de valor justo de instrumento de hedge até novembro/2021	22.935
Baixa do ajuste de avaliação patrimonial por aquisição de controle (*)	7.419
Ganho de valor justo de instrumento de hedge em dezembro/2021	4.742
Saldo em 31/12/2021	<u>4.742</u>

(*) Conforme divulgado na nota explicativo nº 12, em novembro/2021 a Companhia obteve o controle da Brasil PCH e, por isso, em acordo com o CPC 15 (R1) - Combinação de negócios, realizou a baixa do saldo de ajuste de avaliação patrimonial reflexa, o qual foi registrado no resultado do exercício na rubrica "Ganho na remensuração de investimento".

23. LUCRO POR AÇÃO

O cálculo do lucro básico e diluído por ação é baseado nos seguintes dados:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Lucro líquido do exercício	962.884	122.804	98.075
Lucro por ação básico e diluído:			
Média ponderada de ações disponíveis	49.670.911	48.581.004	48.581.004
Lucro por ação básico e diluído	19,9281	2,5278	2,0188

Notas Explicativas**24. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS (CONSOLIDADO)**

	<u>31/12/2021</u>
Receita bruta:	
Venda de energia elétrica	58.097
Ajustes:	
Ajuste à Tarifa de Energia de Otimização ("TEO")	693
Recontabilização + consumo interno	118
	<u>811</u>
Deduções à receita bruta:	
PIS e COFINS Corrente	(2.121)
PIS e COFINS Diferido	(29)
	<u>(2.151)</u>
Receita líquida de vendas	<u><u>56.758</u></u>

25. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 26 (R1) / IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, a seguir está apresentado o detalhamento das despesas por natureza:

	Controladora			Consolidado		
	<u>31-12-21</u>	<u>31-12-20</u>	<u>31-12-19</u>	<u>31-12-21</u>	<u>31-12-20</u>	<u>31-12-19</u>
Depreciação e amortização	-	-	-	(6.374)	-	-
Prêmio de risco (repactuação do risco hidrológico)	-	-	-	(1.849)	-	-
Pessoal e administradores	-	-	-	(4.128)	-	-
Manutenção	-	-	-	(1.402)	-	-
Serviços de terceiros	(492)	(109)	(3.705)	(1.269)	(156)	(3.748)
Tarifa de uso dos sistemas elétricos de distribuição (TUSD)	-	-	-	(833)	-	-
Seguros	-	-	-	(673)	-	-
Operação	-	-	-	(501)	-	-
Meio Ambiente	-	-	-	(448)	-	-
Tributos	(68)	(33)	(1.357)	(153)	(33)	(1.357)
Taxas setoriais	-	-	-	(80)	-	-
Resultado na baixa de ativos	-	-	-	3.065	-	-
Outras despesas, líquidas	(4)	268	(1)	(511)	268	(1)
	<u>(564)</u>	<u>126</u>	<u>(5.063)</u>	<u>(15.156)</u>	<u>79</u>	<u>(5.106)</u>
Custo das vendas de energia	-	-	-	(14.633)	-	-
Outras despesas, líquidas	<u>(564)</u>	<u>126</u>	<u>(5.063)</u>	<u>(523)</u>	<u>79</u>	<u>(5.106)</u>

Notas Explicativas

Eletroriver S.A.

26. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Despesas financeiras:						
Juros, atualizações sobre dívidas financeiras	(13.960)	-	-	(30.048)	-	-
Custos de transação de debêntures	(221)	-	-	(432)	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	(3.192)	-	-
Variação monetária	(397)	(467)	(332)	(397)	(467)	(332)
Outras despesas financeiras	(98)	(2)	(2)	(438)	(3)	(12)
Total	<u>(14.676)</u>	<u>(469)</u>	<u>(334)</u>	<u>(34.507)</u>	<u>(470)</u>	<u>(344)</u>
Receitas financeiras:						
Rendimentos de aplicações financeiras	991	162	2.514	1.953	180	3.196
Juros s/empréstimo de mútuo	-	-	5.087	-	-	5.087
Outras receitas financeiras	-	-	-	78	-	-
Total	<u>991</u>	<u>162</u>	<u>7.601</u>	<u>2.031</u>	<u>180</u>	<u>8.283</u>
Total	<u>(13.685)</u>	<u>(307)</u>	<u>7.267</u>	<u>(32.476)</u>	<u>(290)</u>	<u>7.939</u>

27. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	962.884	122.804	98.075	991.883	126.219	100.979
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(327.381)	(41.753)	(33.346)	(337.240)	(42.914)	(34.333)
Exclusões (adições) permanentes:						
Efeitos das controladas optantes pelo lucro presumido	-	-	-	12.396	-	-
Equivalência patrimonial	49.843	41.815	32.596	43.849	42.986	33.369
Ganho na remensuração de investimento	282.382	-	-	290.288	-	-
Outros efeitos permanentes	-	-	-	-	-	(3)
Crédito tributário não constituído (*)	(4.844)	(62)	750	(9.293)	(68)	750
Efeito de imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2.038)</u>	<u>(4)</u>	<u>(217)</u>
Correntes	-	-	-	(3.286)	(4)	(217)
Diferidos	-	-	-	1.248	-	-

(*) A Companhia e suas controladas BSB Energética, Brasil PCH e PCHPAR Participações não constituem imposto fiscal diferido ativo por não terem expectativa de geração de lucros futuros suficientes de forma a realizar o imposto diferido ativo.

Notas Explicativas

Conforme divulgado na nota explicativo nº 12, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia constitui passivo fiscal diferido em função da combinação de negócios ocorrida neste exercício. Abaixo é apresentada a composição do passivo fiscal diferido:

	<u>31/12/2021</u>
Mais valia imobilizado	367.815
Mais valia intangível	1.441.749
Ajuste a valor justo de debêntures	<u>(55.739)</u>
	<u>1.753.825</u>
 Alíquota nominal	 34%
 Imposto fiscal diferido	 <u><u>596.300</u></u>

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROSRisco de mercado

No curso normal de suas operações, a Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado. A administração determina as estratégias a serem adotadas a cada circunstância e riscos inerentes.

O risco de mercado decorre da possibilidade do Grupo sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. O Grupo avalia que os riscos de seus recursos aplicados financeiramente são baixos, por serem realizadas em bancos de reconhecida liquidez e remuneradas a taxas de mercado a 99% a 103,69% do CDI, conforme apresentado nas notas explicativas nº 7 e nº 8.

O Grupo utiliza o controle do custeio para auxiliar no monitoramento de exigências do fluxo de caixa e na otimização de seu retorno de caixa em investimentos. A Companhia estima o desembolso em comparação com a sua entrada de caixa.

Gestão de risco de liquidez

O Grupo administra o risco de liquidez mantendo reservas adequadas, recursos bancários e reserva de recursos de empréstimo, monitorando continuamente os fluxos de caixa projetados e reais, e comparando os perfis de vencimento de ativos e passivos financeiros.

Tabela do risco de liquidez

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos do Grupo e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que o Grupo e suas controladas esperam liquidar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício.

Notas Explicativas

Eletroriver S.A.

	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 8 anos	Total
Fornecedores	7.893	-	-	7.893
Contas a pagar por aquisição de investimento	-	60.440	-	60.440
Debêntures	38.571	340.016	2.449.471	2.828.057
Instrumento financeiro derivativo	824	8.342	101.830	110.996
Total	7.893	154.430	1.138.426	1.300.749

O Grupo não possui operações contratadas em moeda estrangeira. Desta forma, não está sujeita a riscos decorrentes de oscilações de taxas de câmbio.

Os valores contábeis apresentados como ativos e passivos financeiros são assim demonstrados por categoria:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Ativos financeiros						
Mensurados ao custo amortizado:						
Caixa e equivalentes de caixa	122.142	207	8.202	238.982	227	9.277
Aplicações financeiras	-	-	-	33.007	-	-
Contas a receber	-	-	-	103.352	-	-
Depósitos judiciais	-	-	-	14.692	-	-
Outros ativos	-	-	-	1.034	-	-
Partes relacionadas	14.696	14.690	14.690	-	-	-
Passivos financeiros						
Outros passivos mensurados ao custo amortizado:						
Fornecedores	4.927	2.480	2.013	7.893	2.482	2.013
Contas a pagar - aquisição de investimento	42.308	-	-	60.440	-	-
Debêntures	797.701	-	-	1.969.751	-	-
Mensurados pelo valor justo:						
Instrumentos financeiros derivativos (nível 2)	-	-	-	81.085	-	-

Os valores contábeis e valores justos estimados para as debêntures são similares em 31 de dezembro de 2021, tendo em vista que as operações das debêntures foram concretizadas em novembro do ano corrente. Os valores justos são calculados projetando-se os fluxos futuros das operações com base na projeção das curvas de taxa de juros, trazidos a valor presente utilizando os dados indicativos de preços e taxas de referência disponíveis no mercado ou taxa com base nas condições do pagamento de prêmio na ocorrência de resgate antecipado facultativo estabelecido na escritura de debêntures de cada emissão.

O Grupo está exposto a riscos relacionados a taxas de juros em função da transação com debêntures e IPCA.

Em conformidade com o CPC 40/IFRS 7 - Instrumentos Financeiros, é apresentado a seguir o quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de exposição a riscos de taxas de juros do Grupo, objetivando evidenciar um eventual desembolso futuro, de acordo com as premissas detalhadas.

Na data de encerramento do exercício, a Administração estimou o cenário I de variação das taxas de juros CDI (12,25%) e IPCA (5,56%) no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2022 (fonte Boletim Focus datado de 18 de fevereiro de 2022). Tais taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários II (possível) e III (remoto), respectivamente.

Notas Explicativas

Operação	Exposição 31/12/2021	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Caixa e equivalentes de caixa	238.982	Baixa do CDI	29.275	21.956	14.638
Aplicação financeira	33.007	Baixa do CDI	4.043	3.033	2.022
Contas a pagar por aquisição	60.440	Baixa do CDI	(7.404)	(5.553)	(3.702)
Debêntures - Eletroriver e BSB	1.139.191	Aumento do IPCA + 7,04%	(143.538)	(159.373)	(175.208)
Debêntures e swap - Brasil PCH	852.426	Aumento do IPCA + 8,5531	(120.304)	(132.152)	(144.001)

Hierarquia do valor justo

A Companhia estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Companhia e por suas controladas, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não-observáveis.

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para substancialmente a integralidade dos termos dos ativos e passivos.
- Nível 3 - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não houve transferência entre avaliação de valor justo nível 1 e nível 2 nem entre nível 2 e nível 3.

Gestão de risco de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Condizente com outras companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de debêntures (incluindo debêntures de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Notas Explicativas

Eletroriver S.A.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2021, 2020 e de 2019 são:

	31/12/2021	Controladora 31/12/2020	31/12/2019	31/12/2021	Consolidado 31/12/2020	31/12/2019
Debêntures (nota explicativa nº 16)	797.701	-	-	2.051.572	-	-
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 7 e 8)	(122.142)	(207)	(8.202)	(271.989)	(227)	(9.277)
Total de caixa e equivalentes de caixa e dívida, líquido (a)	675.559	(207)	(8.202)	1.779.583	(227)	(9.277)
Total do patrimônio líquido	874.792	66.048	76.025	900.447	66.835	76.926
Total do capital (b)	1.550.351	65.841	67.823	2.680.030	66.608	67.649
Índice de alavancagem financeira % (a/b)	44%	0%	0%	66%	0%	0%

29. COBERTURA DE SEGUROSeguro "Directors&Officers" (D&O)

A Brasil PCH e suas controladas possuem cobertura de seguro para pagamento e/ou reembolso das quantias devidas ou a pagar a terceiros a título de reparação de danos, estipuladas por tribunal cível ou por acordo aprovado pela seguradora, com vigência até 14 de junho de 2022 e cobertura de R\$50.000, considerado suficiente para cobrir eventuais sinistros.

Seguro de responsabilidade civil

As 13 PCHs do Grupo possuem cobertura de seguro no valor de R\$80.000, com vigência até 28 de abril de 2022 para indenizações por danos civis, em sentença judicial transitada em julgado ou em acordo autorizado pela seguradora, de risco de poluição e/ou contaminação ambiental (súbita e acidental), danos corporais e/ou materiais sofridos por terceiros, danos morais diretamente decorrentes de danos materiais e/ou corporais causados a terceiros, considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de suas atividades.

Seguro de operação

As PCHs do Grupo possuem cobertura de seguro, com vigência até 27 de junho de 2022, para riscos operacionais sobre máquinas, equipamentos e estrutura de obras no montante de R\$2.289.848, lucros cessantes no montante de R\$656.462, linha transmissão R\$118.531 e Barragens R\$782.701, considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

30. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2021
Reversão da provisão para contratos de arrendamento em contrapartida às rubricas de ativo imobilizado e ativo intangível	(38)	(38)
Adição da provisão para compromissos futuros em contrapartida às rubricas de ativo imobilizado e ativo intangível	-	1.150
Aquisição de investimento em contrapartida à rubrica de contas a pagar (nota explicativa nº 12)	42.000	60.000
Integralização de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (nota explicativa nº 22)	17.490	17.490

Notas Explicativas**31. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

O Conselho de Administração do Grupo autorizou a conclusão e divulgação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 30 de março de 2022, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até essa data que pudessem ter efeito sobre estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, quando requeridos.

Composição do Conselho de Administração

José Guilherme A. do Nascimento
Presidente

Jorge Antônio Carvalho Lima
Conselheiro - Vice - presidente

Augusto César Campos de Sousa Machado
Conselheiro

Composição da Diretoria

Antônio Walter dos Santos Pinheiro Filho
Diretor

Walter Nunes Seijo Neto
Diretor

Willian Calixto de Assis - CRC 017.114 BA
Contador

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretoria da Eletroriver S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Eletroriver S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Eletroriver em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Aquisição participação societária – Combinação de negócios

Conforme nota explicativa nº 12 às demonstrações financeiras, a Companhia celebrou contrato de investimento e outras avenças para aquisição de participação societária adicional e, conseqüente, obtenção de controle na Brasil PCH S.A. Esse tema foi considerado significativo em nossa auditoria pois o processo de mensuração a valor justo e a alocação dos ativos adquiridos e passivos assumidos na aquisição da participação societária são complexos e envolvem alto grau de subjetividade, e há complexidade e julgamento envolvidos no processo de seu registro contábil e respectivas divulgações.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a análise dos contratos estabelecidos entre as partes; (ii) a avaliação dos critérios adotados pela Diretoria na aplicação do método de aquisição, à luz dos pronunciamentos técnicos contábeis aplicáveis; (iii) a avaliação de competência dos especialistas utilizados pela Administração para avaliação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificados na aquisição; (iv) o envolvimento de nossos especialistas internos para avaliar a razoabilidade da taxa de desconto, da metodologia de avaliação e da acuracidade matemática do modelo utilizado pelos especialistas externos da Companhia na avaliação dos valores justos dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificados na data de aquisição; (v) avaliação das principais premissas de negócio utilizadas no modelo de fluxo de caixa descontado; e (vi) a análise e avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, entendemos que os critérios para contabilização da aquisição de participação societária adicional e conseqüente obtenção de controle acionário da Brasil PCH adotados pela Diretoria e as respectivas divulgações em notas explicativas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Ênfase

Reapresentação de valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa nº 5.3 às demonstrações financeiras, os valores correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, apresentados para fins de comparação, foram retificados e estão sendo reapresentados como previsto no Pronunciamento Técnico CPC 23 – "Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro" (equivalente a norma internacional IAS 8 - "Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors"), em decorrência de inclusão de divulgações adicionais requeridas apenas para companhias com registro na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado - DVA referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Salvador, 30 de março de 2022

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" BA

Daniel de Carvalho Primo
Contador
CRC nº MG 076441/O-9

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em conformidade com o inciso VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, os diretores da ELETORIVER S.A., sociedade anônima com sede na cidade de Salvador, Estado da Bahia, na Rua Miguel Calmon, nº 555, Edif. Citibank, Sala 1012, Comércio, CEP 40.015-010, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia sob nº 01.968.293/0001-68 ("Companhia"), declaram que discutiram, reviram e concordaram com as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Antônio Walter dos Santos Pinheiro Filho, Diretor Presidente

Walter Nunes Seijo Neto, Diretor de Relações com Investidores

Salvador, 20 de abril de 2022.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DO AUDITOR

Em conformidade com o inciso V do artigo 25 da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, os diretores da ELETRORIVER S.A., sociedade anônima com sede na cidade de Salvador, Estado da Bahia, na Rua Miguel Calmon, nº 555, Edf. Citibank, Sala 1012, Comércio, CEP 40.015-010, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia sob nº 01.968.293/0001-68 ("Companhia") declaram que revisaram, discutiram e concordaram com o relatório dos auditores independentes acerca das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Antônio Walter dos Santos Pinheiro Filho, Diretor Presidente

Walter Nunes Seijo Neto, Diretor de Relações com Investidores

Salvador, 20 de abril de 2022.